



EXEMPLAR ÚNICO

República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO



**MESA****Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

**1º Vice-Presidente**

Geraldo Melo – PSDB – RN

**2º Vice-Presidente**

Júnia Marise – Bloco – MG

**1º Secretário**

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

**2º Secretário**

Carlos Patrocínio – PFL – TO

**3º Secretário**

Flaviano Melo – PMDB – AC

**4º Secretário**

Lucídio Portella – PPB – PI

**Suplentes de Secretário**

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR****Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PFL – SP

**Corregedores – Substitutos**

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

**Vice-Líderes**

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Sérgio Machado

**Vice-Líderes**

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO  
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

**LIDERANÇA DO PPB****Líder**

Epitacio Cafeteira

**Vice-Líderes**

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Valmir Campelo

**EXPEDIENTE**

AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES  
Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA  
Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA  
Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE  
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

Impresso sob a responsabilidade da  
Presidência do Senado Federal  
(Art. 48, nº 31 RISF)



# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 4ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 1997

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 65, de 1997 (nº 226/97, na origem), de 19 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome da Senhora Thereza Maria Machado Quintella, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Geórgia, cumulativamente com o de Embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia. .... 04289

#### 1.2.2 – Avisos do Ministro de Estado de Minas e Energia ..... 04292

Nº 24/97, de 6 do corrente, referente ao Requerimento nº 1.163, de 1996, de informações, do Senador Darcy Ribeiro. .... 04292

Nº 33/97, de 19 do corrente, referente ao Requerimento nº 1.113, de 1996, de informações, do Senador Levy Dias. .... 04292

#### 1.2.3 – Requerimentos

Nº 135, de 1997, de autoria dos Senadores Pedro Simon e Esperidião Amin, solicitando à Presidência do Senado Federal que submeta à Mesa Diretora a proposta de publicação, neste ano, de homenagem ao Senador Darcy Ribeiro, dentro da coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado. .... 04292

Nº 136, de 1996, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991-Complementar, que dispõe sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias, previstas no art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências. .... 04293

#### 1.2.4 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Recurso nº 1, de 1997, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1996, de autoria da Senadora Marina Silva, que acrescenta ao art. 161 do Código Penal, § 4º, e dá outras providências. Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas. .... 04293

Recebimento do Ofício nº S/22, de 1997 (nº 42/97, na origem), do Governador do Estado de

Alagoas, encaminhando o Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito, celebrado com a Caixa Econômica Federal e com garantia da União, nos termos das Resoluções nºs 70, de 1995, e 12, de 1997, do Senado Federal, a fim de dar prosseguimento ao Programa de Incentivo à Exoneração Voluntária. .... 04293

#### 1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR NABOR JÚNIOR – Considerações sobre o trabalho dos parlamentares na elaboração orçamentária. Cortes no Orçamento de 1997, noticiados pelo *Jornal da Tarde*. .... 04294

SENADOR VALMIR CAMPELO – Proposta de S. Ex.ª para a reformulação da Lei nº 3.953/61, que regulamenta as carreiras dos militares, no que se refere à promoção dos Taifeiros da Força Aérea Brasileira – FAB. .... 04307

SENADOR GILVAM BORGES – Congratulando-se com a Igreja Católica, que traz como tema da Campanha da Fraternidade deste ano os encarcerados e sugerindo como tema do próximo ano a mulher. .... 04308

SENADOR FRANCISCO ESCÓRCIO – Encaminhando à Mesa projeto de lei, que extingue os créditos do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, oriundos de contribuições sociais devidas pelos municípios, até 31 de dezembro de 1992, e dá outras providências. .... 04308

SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Polêmica em torno do projeto de lei, aprovado pelo Congresso Nacional, que disciplina a doação de órgãos humanos. .... 04309

#### 1.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1997, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que extingue os créditos do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, oriundos de contribuições sociais devidas pelos Municípios até 31 de dezembro de 1992, e dá outras providências. .... 04312

Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1997, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que dispõe sobre a adoção de bibliografia para os concursos vestibulares nas instituições públicas de ensino superior. .... 04314

#### 1.3 – ENCERRAMENTO

### 2 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 63 a 65, de 1997 ..... 04315



**3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 135 a 140, de 1997 ..... 04316

**4 – MESA DIRETORA****5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO****PARLAMENTAR****9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES  
PERMANENTES****10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CON-  
JUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)**



## Ata da 4ª Sessão Não Deliberativa em 21 de fevereiro de 1997

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Lúdio Coelho, Nabor Júnior e Jefferson Péres*

*(Inicia-se a sessão às 9h)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Jefferson Péres, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

#### EXPEDIENTE

#### MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

##### MENSAGEM Nº 65, DE 1997 (Nº 226/97, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e de acordo com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 40, § 1º, do Decreto nº 2.070, de 13 de novembro de 1996, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora Thereza Maria Machado Quintella, Ministra de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Geórgia.

Os méritos da Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de fevereiro de 1997. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 53/DP/ARC/MRE/APES

Brasília, 14 de fevereiro de 1997

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e no art. 40, § 1º, do Decreto nº 2.070, de 13 de novembro de 1996, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação da Senhora Theresa Maria Machado Quintella, Ministra de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Geórgia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e Curriculum Vitae da Embaixadora Teresa Maria Machado Quintella que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Sebastião do Rego Barros**,  
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores.

#### INFORMAÇÃO

##### Curriculum Vitae

Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella  
Rio de Janeiro/RJ, 27 de maio de 1938.

Filha de Moacyr Machado e Clélia Mendes Machado.

Licenciatura em Letras Neolatinas, Instituto Santa Úrsula.

CPCD, IRBr.

Terceira Secretária, 6 de outubro de 1961.

Segunda Secretária, merecimento, 3 de novembro de 1965.

Primeira Secretária, merecimento, 30 de junho de 1972.



Conselheira, merecimento, 14 de julho de 1977.

Ministra de Segunda Classe, merecimento, 26 de junho de 1980.

Ministra de Primeira Classe, merecimento, 17 de dezembro de 1987.

Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Econômicos, 1961.

Chefe, interino, da Divisão de Transportes e Comunicações, 1963.

Assistente do Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações 1963.

Assistente do Chefe da Divisão da Ásia e Oceania, 1967.

Assessora do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1977.

Chefe da Divisão da ALALC, 1978.

Chefe da Divisão de Imigração, 1979.

Chefe da Coordenadoria Técnica, do Departamento de Comunicações e Documentação, 1980/82.

Diretora do Instituto Rio Branco, 1987/91.

Baia Blanca, Vice-Cônsul, 1964/65.

Baia Blanca, Cônsul, 1965/66.

Baia Blanca, Encarregada, 1964 e 1965.

Bruxelas, CEE, Segunda Secretária, 1969/72.

Bruxelas, CEE, Primeira Secretária, 1972/73.

Montevidéu, ALAIC, Primeira Secretária, 1973/77.

Montevidéu, ALALC, Encarregada de Negócios, 1974 e 1975.

Londres, Cônsul-Geral, 1982/86.

Londres, Representação junto aos Organismos Econômicos Multilaterais, Ministra Conselheira, 1986.

Viena, Embaixadora, 1991/95.

Viena, Representante Residente junto à AIEA, 1991/95.

Viena, Representante Permanente junto à UNIDO, 1991/95.

Viena, Representante Permanente junto aos órgãos das Nações Unidas ali sediados, 1991/95.

Moscú, Embaixadora, 1995/97.

XIV Assembléia Geral da OACI, Roma, 1962 (membro).

Comissão de Estudos Relativos à CERNAI, Rio de Janeiro, 1963 e 1964 (representante-suplente do MRE).

II Reunião de Consulta do acordo sobre transporte Aéreos Brasil-Espanha, Rio de Janeiro, 1964 (delegada).

Seminário da ONU sobre a Participação das Mulheres na vida Pública de seus Países, Moscou, 1970 (representante).

Reunião Preparatória das Negociações Coletivas da ALALC, Montevidéu, 1974 (delegada).

I, II, III E IV Reuniões de Negociações Coletivas da ALALC, Buenos Aires, (1974), Quito (1974), Montevidéu(1974 e 1975), (delegada).

XIV, XV, e XVIII Períodos de Sessões Ordinárias da Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu, 1974, 1975, 1976 e 1978 (delegada).

Reunião do Comitê com Representantes dos Governos, Montevidéu, 1975 (delegada).

Comissão Nacional para os Assuntos da ALALC(CNAALALC), do MRE, Brasília, 1978/79 (Secretária Executiva).

Conferência Mundial de Revisão e Avaliação dos Progressos Alcançados na Década das Nações Unidas para a Mulher, Nairóbi, 1985(chefe da delegação).

XXXVIII Reunião Anual da Comissão Internacional da Baleia, Malmö, Suécia, 1986 (Chefe da delegação).

Sessão Especial da Comissão das Nações Unidas sobre a situação da Mulher, Nova York, 1987 (chefe da delegação).

XVI, XVII, XVIII e XIX Reuniões Anuais de Diretores de Escolas Diplomáticas e de Institutos de Relações Internacionais, Viena, 1987, Genebra 1988, Washington 1989 e Cairo, 1990. (representante).

XXXII, XXXIV e XXXV Sessões da Comissão das Nações Unidas sobre a Situação da Mulher: Viena, 1988, 1990 e 1991.

II Reunião de Diretores de Escolas Diplomáticas da América Latina, Buenos Aires, 1988.

XXIV, XXV e XVI Assembléias Gerais de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres da OEA, Washington, 1988, 1990 e 1992 (delegada titular).

IV Conferência Geral da UNIDO, Viena, ;1991 (chefe da delegação).

XXXV e XXXVI Conferência Gerais da AIEA, Viena, 1991 e 1992.

IX e X Sessões da junta de Desenvolvimento Industrial da UNIDO, Viena, 1992 (chefe da delegação).



**Publicações:**

*"Teoria da Integração Econômica"* – Coleção Gerson Augusto da Silva, Escola de Administração Fazendária, Ministério da Fazenda, Brasília, 1982.

*"O Tratado de Montevideu"* – Coleção Gerson Augusto da Silva, Escola de Administração Fazendária, Ministério da Fazenda, Brasília, 1982.

Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito de Brasília, Comendador, Brasil.

Medalha Mérito Tamandaré.

Medalha Mérito Santos Dumont.

Ordem Nacional "Al Mérito, Grã-Cruz, Equador.

Ordem de Bernardo OHiggins, Grã-Cruz, Chile.

Ordem do Tesouro Sagrado, Cavaleiro, Japão.

**Steli Marcos Amarante** – Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

**GEÓRGIA****1. Dados Básicos**

Nome Oficial: República da Geórgia

Área: 70.000km<sup>2</sup> (país caucasiano, situado no sudeste da Europa e limitado pela Rússia, Azerbaijão, Armênia, Turquia e Mar Negro)

Capital: Tbilissi

Língua: georgiano

Religião: Cristianismo Ortodoxo

População: 5.500.000 habitantes (1995)

Composição Demográfica: georgianos (70%), armênios, russos, azeris, ossetianos, gregos, abcaianos e outros.

Data Nacional: 26 de maio (dia da independência, em 1991)

Constituição: em 1995, o Parlamento emendou e revisou a antiga Constituição de 1921.

Presidente: Eduard Schevarnadze

Moeda: coupon georgiano

Produto Nacional Bruto (PNB): US\$6 bilhões (1994)

Taxa de Crescimento do PNB: 30% (1994)

Inflação: 40,5% ao mês (segundo semestre de 1993)

Taxa de Câmbio:

Exportação: US\$3,5 bilhões (1990)

Importação: US\$4 bilhões (1990)

**2. Sistema Político**

A República da Geórgia é um Estado parlamentarista, unicameral, cuja Constituição atual, que aboliu a figura do Primeiro-Ministro, é, em síntese, uma atualização efetuada pelo Parlamento da Carta de fevereiro de 1921.

**3. Política Interna**

Ex-República Soviética, desde sua independência a Geórgia vem sendo sacudida por conflitos étnico-civis. No final de 1991, o primeiro presidente eleito do país, Zviad Gamssakhurdia, e seus partidários esboçaram um golpe de Estado, logo abortado, no intuito de retomar o poder das mãos do Presidente Eduard Schevardnaze (conhecido ex-Chanceler soviético, natural da Geórgia). O governo teve de enfrentar violentos movimentos separatistas eclodidos nas regiões da Ossétia do Sul (ao norte, onde um cessar-fogo foi negociado em junho de 1992) e da Abcásia (no noroeste, de onde as forças georgianas se retiraram em setembro de 1993) e de onde desde então cerca de 200 mil refugiados de etnia georgiana já emigraram para a Geórgia.

**4. Política Externa**

Após o retorno de Eduard Chevardnaze ao país, logo ocorreu o reconhecimento internacional do novo Estado independente, inclusive por meio de sua aceitação como membro das Nações Unidas. Embora reatadas as relações com a Rússia, que estavam suspensas desde a independência, o relacionamento de Tbilissi com Moscou tem sido difícil, em particular a partir da eclosão do conflito na Abcásia, quando a posição inicial da Rússia foi de ambigüidade ante o secessionismo rebelde. Em 1993, a Geórgia ingressou na CEI, entre outros, com os objetivos de evitar qualquer reconhecimento da mudança de **status** da Abcásia por parte de alguma ex-república soviética e de legitimar ajuda militar russa contra os insurretos daquela região.

Tem havido forças de paz da CEI, na maioria de contingentes russos, atuando na Geórgia. O Governo dos Estados Unidos, bem como a maioria dos governos ocidentais, tem reconhecido a legitimidade do controle russo das operações de manutenção de paz em território de países do Cáucaso e da Ásia Central.

**4. Economia e Comércio Exterior**

A Economia da Geórgia tem gravitado tradicionalmente em torno do turismo no Mar Negro, do cultivo de frutas cítricas e chá, da mineração de manganês e cobre. O país importa a maior parte das



suas necessidades energéticas: gás natural e derivados de óleo. A crise econômica, manifesta desde a independência, agravou-se severamente pelos já mencionados conflitos étnicos.

A base das transações comerciais da Geórgia reside no comércio com outros membros da CEI. Dentre os seus principais parceiros comerciais, destacam-se a Alemanha, a Bulgária, a Polônia, a República Tcheca e a Hungria. Quase a metade das exportações georgianas devem-se ao setor agrícola.

A Geórgia atribui ao restabelecimento dos laços comerciais com a Rússia e ao incremento do comércio internacional através dos portos de Poti e Batumi, no Mar Negro, suas maiores chances de recuperação econômica.

### 5. Relações com o Brasil

A independência da República da Geórgia foi reconhecida pelo Governo brasileiro em 26 de dezembro de 1991, quando o Brasil reconheceu a independência das ex-repúblicas soviéticas. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 28 de abril de 1993. Em 13 de dezembro de 1996, foi criada Embaixada cumulativa com Moscou.

No ano de 1995, as exportações brasileiras para a República da Geórgia foram da ordem de US\$1.460; em 1996, perfizeram o total de US\$3.576.547. Não há registro ainda de importações de produtos georgianos pelo Brasil.

DE-II/3-2-97

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)*

### AVISO

#### DO MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA

Nº 24/97, de 6 do corrente, referente ao Requerimento nº 1.163, de 1996, de informações, do Senador Darcy Ribeiro.

As informações foram anexadas ao processado.

O Requerimento vai ao arquivo.

Nº 33/97, de 19 do corrente, referente ao Requerimento nº 1.113, de 1996, de informações, do Senador Levy Dias.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Peres.

É lido o seguinte

### REQUERIMENTO Nº 135, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e com fundamento no disposto no § 1º do art. 1º e no § 2º do art. 2º da Resolução nº 84, de 1996, requeremos a Vossa Excelência submeta à Mesa Diretora a proposta de publicação, neste ano, de homenagem ao Senador Darcy Ribeiro, dentro da coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado.

### Justificação

Dispõe o § 2º do art. 2º da referida Resolução que a honraria seja conferida a, no máximo, três ex-Senadores, a cada ano, a fim de preservar seu caráter de distinção. A nosso ver, dentro deste limite, cabe perfeitamente a homenagem a Darcy Ribeiro, pelo que ele representou para a educação, a cultura e a política deste País.

Etnólogo, indianista, antropólogo teórico, professor universitário, romancista e político. Essas são as profissões com as quais é qualificado o Senador Darcy Ribeiro, na publicação dos Dados Biográficos dos Senadores da 50ª Legislatura.

Tal fato atesta que Darcy Ribeiro dedicou-se a uma miríade de tarefas da mais alta importância para este País, antes de e enquanto exerceu a carreira política. Inteligência brilhante, espírito irrequerido, trabalhador incansável, quase um visionário, ele foi, antes de tudo, um brasileiro apaixonado por sua terra e por sua gente. Imortalizado como membro da Academia Brasileira de Letras, merece, agora, que o imortalizemos, nesta Casa do Congresso Nacional, como um dos seus mais destacados membros e um dos maiores brasileiros deste século.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 1997. –  
Senador **Pedro Simon** – Senador **Esperidião Amin**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

### RESOLUÇÃO Nº 84, DE 1996

**Institui as coleções Grandes Vultos que Honraram o Senado e História Constitucional do Brasil.**

O Senado Federal resolve:



Art. 1º O Senado Federal fará publicar duas coleções intituladas Grandes Vultos que Honraram o Senado e História Constitucional do Brasil.

§ 1º A coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado destina-se a homenagear ex-Senadores que tenham se destacado como personalidades marcantes da nossa história cultural, política e parlamentar.

Art. 2º A publicação de que trata o § 1º do artigo anterior se dará **post mortem**, como homenagem e agradecimento do Senado Federal ao parlamentar, pelo esforço dispensado em favor da Democracia e, particularmente do Poder Legislativo.

§ 2º A honraria será conferida a, no máximo, três ex-Senadores em cada ano, a fim de preservar seu caráter de distinção.

*(À Mesa para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) – O requerimento lido vai à Mesa, para decisão, consoante do disposto no art. 2º, § 1º, da Resolução nº 84, de 1996.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Peres.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 136, DE 1997**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do PLC/13/91 – Complementar, que dispõe sobre a edição e o processo legislativo das Medidas Provisórias, previstas no art. 62 da Constituição Federal e dá outras providências.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 1997. – **José Eduardo Dutra.**

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) - O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia, oportunamente, após a manifestação do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em obediência ao disposto no parágrafo único, do art. 255, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) - A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Recurso nº 1, de 1997, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1996, de autoria da Senadora Marina Silva, que acrescenta ao art. 161, do Código Penal, parágrafo 4º, e dá outras providências.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, "c", do Regimento Interno, combinado com o art. 4º, da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

É o seguinte o recurso recebido:

#### **RECURSO Nº 1, DE 1997**

Requeremos, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1996, que acrescenta parágrafo ao art. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências, seja submetido à apreciação do Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 1997. \_  
Senador **Lúdio Coelho** \_ Senador **Ramez Tebet** \_  
Senador **Hugo Napoleão** \_ Senador **Edison Lobão** \_  
Senador **Francelino Pereira** \_ Senador **Ney Suassuna** \_  
Senador **Mauro Miranda** \_ Senador **Fernando Bezerra** \_  
Senador **Geraldo Melo** \_ Senador **Carlos Patrocínio** \_  
Senador **Romeu Tuma** \_ Senador **José Ignácio Ferreira** \_  
Senador **Lucídio Portella** \_ Senador **Romero Jucá** \_ Senador **João Rocha.**

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) - A Presidência recebeu, do Governador do Estado de Alagoas, o Ofício nº S/22, de 1997 (nº 42/97, na origem), encaminhando o Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito, celebrado com a Caixa Econômica Federal e com garantia da União, nos termos das Resoluções nºs 70, de 1995, e 12, de 1997, do Senado Federal, a fim de dar prosseguimento ao Programa de Incentivo à Exoneração Voluntária.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) - Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Emandes Amorim. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet. (Pausa.)



Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Escórcio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Sergio Machado. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senadora Benedita da Silva. (Pausa.)

*O Sr. Nabor Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Peres) - Concedo a palavra ao ilustre Senador Nabor Júnior.

**O SR. NABOR JÚNIOR** (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a principal missão do Congresso Nacional é a elaboração das bases financeiras da administração do País, através do Orçamento anual. É uma tarefa sobre a qual se debruçam, preliminarmente, os técnicos dos Três Poderes, para que, na data estabelecida pela Constituição, o Presidente da República envie o texto ao Legislativo, a fim de ali receber a análise e as modificações ditadas pelo próprio interesse da sociedade.

Quando encaminha ao Congresso Nacional a Mensagem contendo o Projeto de Lei Orçamentária, portanto, o Executivo deve estar consciente das implicações e dos ritos do processo democrático, posto que Senadores e Deputados Federais também não podem deixar de cumprir sua missão de estudar e, quando cabível e desejável, alterar o texto original.

É um trabalho exaustivo, que V. Ex<sup>as</sup> conhecem e têm vivido no exercício dos seus mandatos: durante praticamente todo o segundo semestre de cada ano, dedicamo-nos ao processo de elaboração orçamentária, tarefa que exige redobrado esforço

daqueles que fazem parte da Comissão Mista. Todos nós estamos sujeitos às freqüentes visitas de Governadores, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores e representantes das comunidades que nos elegeram - e que trazem, justamente, as aspirações legítimas dos nossos concidadãos.

Na raiz de tudo, vamos encontrar uma questão conceitual que nem sempre é entendida como deveria ser: os técnicos devem redigir as propostas, dentro de suas óticas teóricas ou burocráticas; os Representante do povo, por seu turno, devem adequá-las aos anseios gerais da nacionalidade, porque a Nação se compõe de seres humanos, não de algarismos!

No afã de obter resultados econômicos retumbantes, muitas vezes os tecnocratas se ligam apenas aos fatores já consolidados da produção nacional, dos grandes centros desenvolvidos e densamente povoados; obedecem, talvez inconscientemente, às barreiras criadas pelo Tratado de Tordesilhas, onde o Brasil pouco ultrapassa a faixa litorânea - e, assim, conseguem agravar ainda mais as imensas dificuldades sofridas por quem vive a luta diuturna para efetivamente integrar ao Brasil mais de metade de seu território.

Nós, membros do Congresso Nacional, vemos-nos atingidos por maldosas, constantes e infundadas acusações, quando, no exercício de nossas obrigações constitucionais, modificamos pontos da proposta enviada pelo Executivo. Mas, se não o fizéssemos, estaríamos fugindo ao cumprimento do dever, estaríamos negando ao povo justamente o que ele nos determinou: adequar os números à realidade das aspirações sociais do País.

Sempre existe, entretanto, quem aponte o dedo para esta Casa e clame contra pretensos "desfiguramentos" do Projeto; pessoas que - à falta de argumentos institucionais legítimos - acusam os Congressistas de "paroquialismo" e "fisiologismo" no encaminhamento da chamada Lei de Meios. Sempre existem os burocratas e técnicos, dos mais diversos escalões, que tratam o Orçamento como **obra própria pessoal e irretocável**, acima de qualquer crítica ou modificação.

Acabamos de concluir, na recente Convocação Extraordinária, a apreciação do Orçamento da União para o exercício iniciado em 1º de janeiro último. Desde setembro, a matéria envolveu as atenções prioritárias de todos nós, não apenas dos que compõem a Comissão de Orçamento, mas **de todos nós**, repita-se, pois é coletiva a missão de, ouvindo



os reclamos dos concidadãos, buscar bases humanas e positivas na definição dos programas orçamentários.

As emendas propostas por Senadores e Deputados e acatadas pelo Plenário são uma gota d'água no universo de R\$431 bilhões, dos quais mais da metade - R\$223 bilhões - serão queimados na fogueira da dívida pública mobiliária federal.

E o que são emendas parlamentares?

As emendas que apresentei, que cada um de V. Ex<sup>as</sup> apresentou, voltam-se para aqueles pontos esquecidos pelo pragmatismo e pelos delírios tecnocráticos dos autores da proposta original; são aperfeiçoamentos, posto que se destinam a melhorar as condições de vida dos cidadãos e preencher importantes lacunas deixadas pelos macroelaboradores. Uma balsa para a municipalidade de Marechal Thaumaturgo pode parecer um reles detalhe paroquial para os gênios dos gabinetes refrigerados, mas é vital para a sobrevivência dos brasileiros que constroem e garantem as fronteiras distantes da Pátria.

A estação de tratamento de água, em Rio Branco, sofre o anátema da corrupção de governos passados e é tratada como erva daninha pelos tecnocratas federais - mas, sem ela, a vida do povo da Capital acreana continua sendo um inferno de doenças, carências e precariedades.

Estou certo de que cada um de V. Ex<sup>as</sup> poderá dar um depoimento semelhante, à luz das necessidades específicas dos respectivos Estados. E estou certo, também, de que o sentimento de revolta e impotência é praticamente unânime, quando vemos ameaçado o trabalho estafante de meses a fio, em que buscamos aperfeiçoar a proposta orçamentária.

Sim, porque o Governo já está reencenando a ópera anual dos cortes.

O **Jornal da Tarde** estampou, no último dia 18, matéria que antecipa a passagem da tesoura sobre o Orçamento: "Governo vai cortar R\$10 bilhões." E, obedecendo ao vocabulário dos tecnocratas, fala em contingenciamento, metas fiscais superávits de primários, etc - um discurso que já conhecemos e sofremos nos últimos anos.

Vamos detalhar o que diz a informação do sempre respeitado JT:

"O Governo Federal pretende cortar, por decreto, pelo menos R\$10 bilhões do Orçamento para 1997 - deverá usar R\$7 bilhões, hoje destinados a outras despesas, para pagar juros de sua dívida. A previsão orçamentária terá de ser reduzida em R\$3

bilhões, devido à expectativa e queda na arrecadação deste ano."

Nem esse corte arbitrário, todavia, conseguirá resolver o problema do acerto de contas do Governo, como acrescenta o **Jornal da Tarde**: "com os cortes, a equipe econômica prevê que metade dos juros previstos para vencer este ano será efetivamente paga, enquanto o restante se transformará em aumento da dívida."

Os técnicos do Governo, segundo o JT, mais uma vez jogam a responsabilidade sobre o Congresso. "A lei orçamentária aprovada pelo Congresso, alegam os técnicos do Governo, não permite pagamento de juros com receita de impostos. Toda essa conta, sustentam os técnicos, teria de ser paga com endividamento, se não forem cortadas despesas".

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, louve-se, na matéria estampada terça-feira pelo **Jornal da Tarde**, a preocupação de ouvir a Comissão de Orçamento do Congresso. É uma atitude que, longe de ser rotineira, acontece poucas vezes, porque é sempre mais fácil e mais cômodo insultar os políticos.

De início, ficou patente a atitude política do Governo, que, por seus técnicos, aumentou em 79,32% a rubrica "amortização da dívida interna e externa", resultando no fabuloso montante de R\$223 bilhões, como citei, baseado nessa reportagem, no início do presente pronunciamento.

Em contrapartida, "houve uma queda de 7% dos recursos para investimentos", informa o jornal, acentuando que "o total reservado pelo Governo para obras e projetos não passa de R\$10 bilhões, menos de 3% do Orçamento".

Nenhum desses números é gratuito. Para chegar ao quadro final da receita e da despesa, em 29 de janeiro, o Congresso gastou dias e noites a fio; discutiu cada item e cada dotação das verbas públicas, em busca de caminhos que melhor atendam aos interesses da nacionalidade, tanto nos grandes projetos federais quanto no atendimento à dura realidade dos rincões mais distantes e esquecidos.

Cumprimos o nosso dever. Fizemos, dentro das limitações de recursos e de tempo, o melhor Orçamento possível, o mais justo e mais racional. Trabalhamos dentro das regras democráticas previstas na Constituição, que pôs termo ao tempo em que o Congresso se limitava a carimbar a proposta, nos estritos termos elaborados pelo Executivo.

Ou será que esse tempo ainda não acabou, Sr. Presidente? É uma suspeita cabível, porque as perspectivas indicam um novo corte em todas as propos-



tas surgidas no Legislativo - corte por meio de vetos, de contingenciamentos ou do simples desprezo pelas dotações fulminadas pelos tecnocratas.

De que valeu nosso esforço?

De que valeu a luta dos Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais, Governadores, lideranças comunitárias, representantes informais da sociedade? Para que tanto esforço, se o resultado final é idêntico ao que vigorava no período militar? Terá a ditadura dos tecnocratas mudado apenas de estratégia? Antigamente, proibiam-se mudanças no projeto de Orçamento; hoje, os tecnocratas vetam ou engavetam as mudanças. O resultado, como se vê, é o mesmo: o Congresso castrado em sua principal prerrogativa, na sua missão mais elementar, a de fazer o Orçamento do União.

Como sempre, falo com base em fatos e informações acima de contestações. Jamais permito ou permitirei que uma palavra leviana me possa ser atribuída a qualquer pretexto. E, no que diz respeito ao Orçamento, os números são impressionantes e definitivos.

Apenas onze das dotações destinadas a rubricas acreanas no Orçamento de 1996 foram efetivamente empenhadas e liquidadas; 15 ficaram na casa dos 90%; 5, na dos 80%; 3, na dos 70% - e todas as demais, 30 ao todo, foram liquidadas em percentuais que se reduziam progressivamente de 57,6% a 1,03%.

Mas existem outros dados piores, ainda mais comprobatórios do desrespeito com que o trabalho legislativo orçamentário é tratado: três rubricas chegaram a ser empenhadas, mas não foram liquidadas; 37, embora autorizadas, nem mereceram empenho financeiro.

Mas o pior não fica aí: tivemos outras 31 rubricas que sequer foram autorizadas no mais frontal desrespeito ao trabalho dos Congressistas. Desrespeito ainda maior para com os cidadãos que nos elegeram para representá-los e, por nosso intermédio, dentro dos parâmetros da democracia, buscaram alento capaz de aliviar a precariedade das condições de vida que os angustiam.

Menos de 10% das dotações para o Estado do Acre, como se vê, foram efetivamente cumpridas; metade delas sequer chegou a ser parcialmente paga - foi sugada por interesse dos gênios que formulam e manipulam as finanças nacionais.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, deixo com V. Ex<sup>as</sup> a íntegra dos relatórios e dos resultados que citei para inserção nos Anais da Casa e exemplo às futuras gerações de Parlamentares. E o faço

na esperança de que esse clima de descaso e de desrespeito não venha a continuar.

Digo, ainda, com a sinceridade de sempre: não fosse minha trajetória de democrata incondicional, não fosse minha luta de décadas contra ditadores e autoritários de todos os matizes - não fosse isso, eu diria que nos tempos do arbítrio era até melhor, porque o quadro institucional se mostrava mais nítido e mais honesto: era proibido mudar as diretrizes enviadas pelo Governo e ponto final!

Hoje, a sociedade conquistou, com a Carta de 1988, o direito de adequar os números dos técnicos à realidade de suas legítimas aspirações. Mas isso de nada valem, porque os técnicos simplesmente cortam, vetam, esquecem, engavetam e pisoteiam o fruto dos interesses canalizados pelo povo por intermédio de seus autênticos representantes: os Senadores e os Deputados Federais.

O novo ano está apenas começando. Não gostaria de ser tomado como pessimista ou alarmista, ao chamar a atenção da Casa e do País para o risco de novas agressões ao trabalho elaborado na Comissão de Orçamento e no Plenário do Congresso Nacional, responsáveis pelo Orçamento prestes a ser sancionado pelo Presidente da República.

Será para mim uma verdadeira satisfação, se puder, no final do ano, dizer que as palavras deste discurso estavam erradas; desejo, sinceramente, que o Orçamento aprovado pelo Congresso seja lealmente cumprido, que as 11 mil emendas elaboradas e propostas pelos Congressistas contribuam para tornar humano e factível o manuseio das riquezas nacionais; que o cumprimento rigoroso do Orçamento de 1997 abra novos tempos para a magna causa da defesa dos interesses dos brasileiros, pessoalmente e do conjunto de seus objetivos.

Até lá, devemos todos ficar atentos à sanção e à posterior execução das normas que estabelecemos.

Cada Estado tem suas dotações, de cada Representante se exige prestar contas a seus representados de como se desempenhou no exercício do mandato por eles conferido nas urnas soberanas.

Há tempo para tudo. Agora, temos de lamentar as omissões arbitrárias e os erros verificados no exercício de 1996 - mas vamos, acima de tudo, lutar para que esse desrespeito à representatividade popular não se repita em 1997.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. NABOR JÚNIOR EM SEU PRONUNCIAMENTO:**



## ORÇAMENTO

# Governo vai cortar R\$ 10 bilhões

O governo federal pretende cortar, por decreto, pelo menos R\$ 10 bilhões do Orçamento para 1997. Esta meta é a única que o Executivo deve atingir. Os R\$ 10 bilhões são destinados para a redução das despesas para pagar a dívida pública. O Ministério do Planejamento também prevê que a previsão orçamentária terá de ser reduzida em R\$ 10 bilhões devido à expectativa de queda na arrecadação deste ano. A planilha de redução de despesas, chamada de contingenciamento, deverá ser anexada à lei orçamentária, quando termina o prazo para o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionar o Orçamento da União. O governo argumenta que, com esse ajuste, poderá cumprir a meta fiscal deste ano — obter superávit primário de 1% do Produto Interno Bruto (PIB).

Com os cortes, a equipe econômica prevê que metade dos juros previstos para vencer este ano será efetivamente paga, enquanto o restante se transformará em aumento da dívida. A lei orçamentária aprovada

pelo Congresso, alegam técnicos do governo, não permite pagamento de juros com receita de impostos. Toda esta conta sustentam os técnicos, teria de ser paga com endividamento, se não forem cortadas despesas.

Preocupados em manter os recursos para investimento, principalmente obras nos municípios, os parlamentares se mostram preocupados com a redução dos investimentos da Comissão de Orçamento. Segundo os parlamentares, que este ano o governo aumentou em 79,82% em 1996, a rubrica de despesas de dívida interna e externa — última conta estimada em R\$ 22,5 bilhões para 1997 — é a mais alta da comissão. Consideram a situação "reflexo do dilatório do custo do Plano Real".

Relatórios da Comissão de Orçamento registram queda de 7% nos recursos para investimento. O total reservado pelo governo para obras e projetos não passa de R\$ 10 bilhões — menos de 3% do Orçamento. Este dinheiro é disputado pelos parlamentares por meio de emendas ao Orçamento.

A necessidade de cortes pode ser maior, dependendo do aumento a ser concedido aos servidores e do desempenho da Previdência. A proposta atual prevê reajuste de 8%.

**Mara Bergamaschi**  
e **Alberto Fernandes**



**ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 1996**  
**DO ESTADO DO ACRE - EM ORDEM DECRESCENTE - % DO LIQUIDADO SOBRE O**  
**AUTORIZADO**

<b>subprojeto/subatividade</b>	<b>autorizado</b>	<b>empenhado</b>	<b>liquidado</b>	<b>% do liquidado s/autorizado</b>
UFAC-Manutenção da Instituição	24.928.007	24.928.007	24.928.007	100
DNER-BR-364/AC-Rio Branco/C.Sul	16.748.000	16.748.000	16.748.000	100
BR-317-Rest. trecho Rio Bran/A.Brasil	3.143.000	3.143.000	3.143.000	100
UFAC-Auxílio Refeição	1.042.681	1.042.681	1.042.681	100
UFAC-Conc. de Vale Transporte	399.056	399.056	399.056	100
Saneamento básico em Feijó	220.000	220.000	220.000	100
Sist.Coleta e Tratam.resíduos sólidos em Rio Branco	150.000	150.000	150.000	100
Saneam. básico em Cruzeiro do Sul	120.000	120.000	120.000	100
Sist. abastec. de água em Porto Acre	120.000	120.000	120.000	100
Apoio inc.cooperat. Cruzeiro do Sul	100.000	100.000	100.000	100
Saneamento básico em Sena Madureira	100.000	100.000	100.000	100
TRE-Processamento de causas	2.445.512	2.430.322	2.430.322	99.38
UFAC-Manutenção da Instituição	80.382	80.093	79.866	99.36
Pagamento de Inativos/pens.ex-territór	43.778.863	43.661.685	43.482.584	99.32
Infra-estrutura urbana em Rio Branco	3.000.000	2.994.708	2.974.927	99.16
TRE-manut. do serviço de proc.dados	24.329	24.281	23.992	98.61
Assist.médica sanit.no Estado e Municí	14.229.322	13.975.513	13.975.513	98.22
TRE-Processamento de causas	59.411	57.451	57.451	96.70
Extinto Território. Lei nº 4.070/62	4.948.636	4.763.079	4.763.079	96.25
TRE-processamento de causas	334.661	321.536	317.642	94.91
UFAC-Assist.méd.Odont. a servidores	15.072	14.948	14.195	94.18
BR-364-Rest.trecho Rio Branco/C.Sul	6.000.000	6.000.000	5.649.321	94.16
TRT-Manut.Serv.process. de Dados	112.500	109.772	105.277	93.58
TRT-Conserv. Reparos de Imóveis	135.000	134.992	123.292	91.33
TRE-Construção do Edif. Sede	850.000	849.511	771.520	90.77
TRT-Conserv. e Rep. de Imóveis	1.400.000	1.394.520	1.270.050	90.72
TRE-Auxílio Refeição	190.000	169.315	169.315	89.11
TRE-Conc. de Vale Transporte	19.008	16.800	16.800	88.38
Alimentação Escolar nos Municípios	2.653.602	2.653.602	2.337.419	88.08
Infra-Estrut. da Pesq. Agropecuária	115.000	97.954	97.954	85.18
Conserv. Prevent.Rot.Emerg.no Acre	2.159.000	2.146.246	1.763.055	81.66
TRE-Especialização e Aperfeiçoamento	78.291	62.344	62.344	79.63
TRE-Serv. Postais e de Telecomunicação	38.403	28.602	28.602	74.48
TRE-Assist. Pré-Escolar	13.760	10.064	10.064	73.14
INCRA.Implant.e Consolid. de Projetos	3.129.050	2.345.318	1.802.192	57.60
Ações Sociais e Comunitárias no Estado e Municípios	25.731	13.751	13.751	53.44



subprojeto/subatividade	autorizado	empenhado	liquidado	% do liquidado s/autorizado
TRE-Conserv. e Reparos de Imóveis	75.645	39.004	36.808	47.34
UFAC-Assistência Pré-Escolar	643.412	298.907	298.907	46.46
UFAC-Manutenção da Instituição	6.584.928	3.223.749	3.050.252	46.32
Assist. Integral a Criança/Adolescente	551.607	242.727	242.727	44.00
Geração de Renda no Estado e Municípios	247.980	105.284	105.284	42.46
Assist. Integral a Criança e ao Adolescente	235.880	98.697	98.697	41.84
Geração de Renda no Estado e Municípios	132.724	57.892	57.892	41.67
TRE-Manut. do Serv. de Proc. de Dados	46.159	20.103	18.709	40.53
UFAC-Coord. e Manut. da Extensão	264.973	114.091	107.044	40.40
INSS-Ref. e Melhoria das Instalações	510.000	194.367	197.367	38.11
TRT-Manut. do Serv. Proc. de Dados	700.000	616.504	257.648	36.01
INCRA-Implant. e Consolid. de Projetos	6.430.000	6.335.355	2.253.140	35.04
UFAC-Manutenção da Instituição	16.757	6.703	5.713	34.09
IBAMA-Desen. da Prod. Couro Vegetal em Marechal Thaumaturgo	150.000	50.000	50.000	33.33
UFAC-Manutenção da Pesquisa	304.376	139.722	91.454	30.05
Saneamento Básico e Porto Walter	100.000	100.000	27.600	27.60
UFAC-Const. e Rec. de Unid. Físicas	66.880	18.306	17.789	26.60
TSE-Assist. Méd. Odont. a Servidores	75.692	30.257	17.909	23.66
Sist. Abast. Água em Manuel Urbano	90.000	90.000	19.944	22.16
UFAC-Fornec. Refeições Subsidiadas	250.042	65.457	53.185	21.27
Conce. de Vale Transporte Ex-Territór.	61.081	11.757	11.757	19.25
UFAC-Manutenção da Instituição	295.682	135.155	56.646	19.16
Auxílio Creche Extinto Território	40.900	7.575	7.575	18.52
Auxílio Refeição Extinto Território	156.251	27.188	27.188	17.40
INSS-Reforma e Melhoria das Instal.	100.000	15.850	15.850	15.85
UFAC-Manutenção da Pesquisa	2.558	1.376	256	10.00
Habit. de Interesse Social no Estado	3.850.000	98.139	98.139	2.55
UFAC-Const. e Rec. de Unid. Físicas	501.520	192.008	5.143	1.03
Saneamento básico no âmbito dos prog. de redução da mortalidade na infância	3.000.000	3.000.000		
Conclusão da escola profissionalizante c/equip. em Cruzeiro do Sul	346.000	164.900		
Saneamento básico em Tarauacá	105.000	105.000		
Reaparelhamento dos Serviços de Saúde do SUS no Estado	4.655.500	0		
Const. e Equip. Hosp. em Cruz. do Sul	2.000.000	0		
Melhoria das condições habit. em áreas urbanas e rurais do Estado	674.549	0		
Financiamento para a área social	444.755	0		
Operacionalização do Sist. Nac. de Sangue e hemoderivados no Estado	315.000	0		



subprojeto/subatividade	autorizado	empenhado	liquidado	% do liquidado s/autorizado
Const. e Equip. de quadra poliesportiva em Rio Branco (Bairro Esperança)	300.700	0		
Const. de pátios e postos para o Sist. de Pesagem de Veículos	270.000	0		
Contensão de encosta do Rio Acre em Rio Branco	225.000	0		
Apoio ao Cooperativismo em Xapuri	200.000	0		
Apoio ao Programa de Geração de Emprego e Renda nos Municípios	150.000	0		
Apoio à urbanização de áreas degradadas para fins habit. em Rio Branco	130.000	0		
Urbanização de favelas em Rio Branco	120.000	0		
Infra-estrutura urbana em Brasília	120.000	0		
Habitações de interesse social em Feijó	119.000	0		
Desenvolv. urbano em Rio Branco	110.000	0		
Apoio à educ. e saúde às pop. tradicionais das reservas extrativistas	104.000	0		
Infra-estrutura urbana em C. do Sul	100.000	0		
Habit. de int. social em Tarauacá	100.000	0		
Const. e ampl. de centro de convivência para crianças e adolesc. em R. Branco	100.000	0		
Geração de empregos e renda em Rio Branco	100.000	0		
Const. e equip. do hosp. municipal de Jordão	100.000	0		
Apoio e incentivo ao cooperativismo em Brasília	100.000	0		
Sist. de coleta e trat. de resíduos sólidos em Sena Madureira	100.000	0		
Habit. de int. social em Sena Madureira	100.000	0		
Saneamento básico em peq. localidades	96.850	0		
Infra-estrutura urbana em Feijó	95.000	0		
Habitação de interesse social em Senador Guimard	87.000	0		
Const. e ampl. do sist. de abast. de água	85.150	0		
Modernização e desenvolvimento do extrativismo	80.000	0		
Cadastro e controle da pop. calcerária	59.200	0		
Const. e equip. de quadra poliesportiva em Bujari	40.000	0		
Const. de quadra poliesportiva em Mâncio Lima	40.000	0		
Const. de quadra poliesportiva na periferia de Rio Branco	40.000	0		



subprojeto/subatividade	autorizado	empenhado	liquidado	% do liquidado s/autorizado
Infra-estrutura urbana em Tarauacá	19.000	0		
Infra-estrutura urbana em Xapuri	19.000	0		
Ações sociais e comunitárias no Estado e Municípios	16.196	0		
Mutirão na execução penal no Estado	9.372	0		
TSE-Processamento de causas	0	0		
Aquisição de patrulha agrícola mecanizada para os municípios	0	0		
BR-317/AC-Const. do atrecho Rio Branco-Assis Brasil	0	0		
Aquisição de patrulha agrícola mecanizada para Acrelândia	0	0		
Const. e equip. de centro de saúde em Acrelândia	0	0		
Assist. Fin. p/const. equipamento escolas de ensino fund. em Assis Brasil	0	0		
Sist. de abastecimento de água em Brasiléia	0	0		
Aquisição de unidade móvel de saúde para Cruzeiro do Sul	0	0		
Equipamentos para patrulha agrícola mecanizada em Feijó	0	0		
Aquisição de patrulha agrícola mecanizada para Mal. Thaumaturgo	0	0		
Aquisição de patrulha agrícola mecanizada para Plácido de Castro	0	0		
Assist. Fin. p/const. equip. escolas ensino fund. em Plácido de Castro	0	0		
Saneamento básico em Plácido de Castro	0	0		
Aquisição de patrulha agrícola mecanizada para Porto Acre	0	0		
Aquisição de patrulha agrícola mecanizada para Porto Walter	0	0		
Assist. Fin. p/ampl. ref. equip. escola ensino fund. em Porto Walter	0	0		
Assist. Fin. p/inst. centro aperf. ensino fund. de Rio Branco	0	0		
Assist. Fin. p/inst. centro aperf. ensino fund. de Rio Branco	0	0		
Assist. Fin. p/ampl. ref. equip. escola ensino fund. em Rio Branco	0	0		
Assist. Fin. p/ampl. ref. equip. escola ensino fund. em Rio Branco	0	0		



subprojeto/subatividade	autorizado	empenhado	liquidado	% do liquidado s/autorizado
Drenagem em áreas endêmicas em Rio Branco	0	0		
Infra-estrutura urbana em Rio Branco	0	0		
Implantação do terminal rodoviário de integração em Rio Branco	0	0		
Const. do Centro do pequeno comércio em Rio Branco	0	0		
Const. de Viaduto Urbano na Av. Ceará/G. Vargas, em Rio Branco	0	0		
Assist. Fin. p/ampl. ref. equip. escola ensino fund. em Sena Madureira	0	0		
Sist. de abastecimento de água em Sena Madureira	0	0		
Aquisição de patrulha agrícola mecanizada para Senador Guimard	0	0		
Manutenção de hospital em Sen. Guimard	0	0		
Const. e equip. de hosp. em Tarauacá	0	0		
Reforma e ampl. de Unidade Mista de Saúde em Xapuri	0	0		

Em 30/01/97 13:14

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1996****DEZEMBRO/96 - FECHADO****ESTADO DO ACRE**

**AUTORIZADO** - Dotação inicial mais as alterações provenientes de contingenciamento, contenção, remanejamento e créditos adicionais, ou seja, o total de recursos orçamentários disponíveis para movimentação.

**EMPENHADO** - Despesa já empenhada a credor específico que ainda não cumpriu integralmente sua parte no objeto da contratação.

**LIQUIDADO** - Despesa que já foi executada, e cujo pagamento já foi efetuado ou está em vias de ser.

**% DO LIQUIDADO S/AUTORIZADO** - Percentual referente ao valor que foi liquidado em relação à dotação orçamentária autorizada

**GND** - 1-Pessoal; 2-Juros e Enc. da Dívida; - 3-Outras Desp. Correntes; - 4-Investimentos; - 5-Inv. Financeiras; - 6-Amort. da Dívida; - 7-Outras Desp. de Capital.



Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

Acumulado até: 16/01/1997

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1996

LOCALIDADE	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	C N D	AUTORIZADO (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	% DO LIQUIDADO S/AUTORIZADO (F)=(E)/(C)
AC								
ACRE	14102 TSE DO ACRE	02.004.0013.2029.0001	PROCESSAMENTO DE CAUSAS	3	334.641	321.536	317.642	94.91
ACRE	14102 TSE DO ACRE	02.004.0013.2029.0001	PROCESSAMENTO DE CAUSAS	4	59.411	57.431	57.431	96.70
ACRE	14102 TSE DO ACRE	02.004.0013.2029.0001	PROCESSAMENTO DE CAUSAS	5	0	0	0	
ACRE	14102 TSE DO ACRE	02.004.0013.2029.0001	PROCESSAMENTO DE CAUSAS	1	2.445.512	2.430.322	2.430.322	99.38
ACRE	14102 TSE DO ACRE	02.004.0013.2029.0002	SERVIÇOS POSTAIS E DE TELECOMUNICAÇÕES	3	38.403	28.602	28.602	74.48
ACRE	14102 TSE DO ACRE	02.004.0024.2016.0001	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3	44.159	20.103	18.709	40.53
ACRE	14102 TSE DO ACRE	02.004.0024.2016.0001	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	4	24.329	24.281	23.992	98.61
ACRE	14102 TSE DO ACRE	02.004.0025.1003.0010	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE	4	850.000	849.511	771.520	90.77
ACRE	14102 TSE DO ACRE	02.004.0025.2022.0006	CONSERVAÇÃO E REPAROS DE IMOVEIS DA JUSTIÇA ELEITORAL	3	75.645	39.004	35.808	47.34
ACRE	14102 TSE DO ACRE	02.004.0217.2007.0001	ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO	3	78.291	62.344	62.344	79.63
ACRE	14102 TSE DO ACRE	08.041.0190.4500.0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	3	13.760	10.064	10.064	73.14
ACRE	14102 TSE DO ACRE	13.075.0428.2004.0003	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES	3	75.492	30.257	17.909	23.66
ACRE	14102 TSE DO ACRE	15.078.0486.4089.0003	CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	3	19.008	16.800	16.800	88.38
ACRE	14102 TSE DO ACRE	15.078.0486.4089.0004	AUXÍLIO-REFEIÇÃO	3	190.000	169.315	169.315	89.11
ACRE	15115 TRT DA 14ª REGIÃO	02.004.0024.2016.0001	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	4	700.000	616.504	257.648	36.81
ACRE	15115 TRT DA 14ª REGIÃO	02.004.0024.2016.0001	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3	112.500	109.772	105.277	93.58
ACRE	15115 TRT DA 14ª REGIÃO	02.004.0025.2022.0007	CONSERVAÇÃO E REPAROS DE IMOVEIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	3	135.000	134.992	123.292	91.33
ACRE	15115 TRT DA 14ª REGIÃO	02.004.0025.2022.0007	CONSERVAÇÃO E REPAROS DE IMOVEIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	4	1.400.000	1.394.520	1.270.050	90.72
ACRE	22101 MIN. AGRIC. E REF. RORAIMA	04.016.0078.1646.0187	ADQUIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA PARA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ACRE	4	0	0	0	
ACRE	22201 INCRA	04.013.0066.3394.0014	IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS NO ESTADO DO ACRE	3	3.129.050	2.345.318	1.802.192	57.60
ACRE	22201 INCRA	04.013.0066.3394.0014	IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS NO ESTADO DO ACRE	4	6.430.000	6.335.355	2.253.140	35.04
ACRE	22202 EMBRAPA	04.010.0055.1230.0012	INFRA-ESTRUTURA DA PESQUISA AGROPECUÁRIA NO ESTADO DO ACRE	4	115.000	97.954	97.954	85.18
ACRE	25101 MIN. DA FAZENDA	07.040.0183.1303.0004	FINANCIAMENTO PARA A ÁREA SOCIAL NO ACRE	5	444.755	0	0	
ACRE	26275 FUND. UNIV. DO ACRE	08.041.0190.4500.0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	3	443.412	298.907	298.907	66.46
ACRE	26275 FUND. UNIV. DO ACRE	08.042.0188.2085.0031	MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO	3	80.382	80.093	79.866	99.36
ACRE	26275 FUND. UNIV. DO ACRE	08.042.0188.2085.0031	MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO	4	16.757	6.703	5.713	34.09
ACRE	26275 FUND. UNIV. DO ACRE	08.044.0054.2305.0007	MANUTENÇÃO DA PESQUISA	3	304.376	139.722	91.454	30.05
ACRE	26275 FUND. UNIV. DO ACRE	08.044.0054.2305.0007	MANUTENÇÃO DA PESQUISA	4	2.558	1.376	256	10.00
ACRE	26275 FUND. UNIV. DO ACRE	08.044.0205.2085.0031	MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO	4	295.682	135.155	56.646	19.16
ACRE	26275 FUND. UNIV. DO ACRE	08.044.0205.2085.0031	MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO	1	24.928.007	24.928.007	24.928.007	100.00
ACRE	26275 FUND. UNIV. DO ACRE	08.044.0205.2085.0031	MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO	3	6.584.928	3.223.149	3.050.252	46.32
ACRE	26275 FUND. UNIV. DO ACRE	08.044.0207.2306.0001	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO	3	244.973	114.091	107.044	40.40
ACRE	26275 FUND. UNIV. DO ACRE	08.044.0208.1087.0017	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE UNIDADES FÍSICAS	3	44.880	18.304	17.789	26.60
ACRE	26275 FUND. UNIV. DO ACRE	08.044.0208.1087.0017	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE UNIDADES FÍSICAS	4	501.520	192.008	5.143	1.03
ACRE	26275 FUND. UNIV. DO ACRE	08.047.0240.2308.0001	FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES SUBSIDIADAS	3	250.042	65.457	53.185	21.27
ACRE	26275 FUND. UNIV. DO ACRE	13.075.0428.2004.0005	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES	3	15.072	14.948	14.195	94.18
ACRE	26275 FUND. UNIV. DO ACRE	15.078.0486.4089.0003	CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE	3	399.056	399.056	399.056	100.00
ACRE	26275 FUND. UNIV. DO ACRE	15.078.0486.4089.0004	AUXÍLIO-REFEIÇÃO	3	1.042.681	1.042.681	1.042.681	100.00
ACRE	26297 FUND. ASSIST. AO ESTUDANT	08.075.0427.2487.0111	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ACRE	3	2.653.602	2.653.602	2.337.419	88.08



## ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1996

Acumulado até: 16/01/1997

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

LOCALIDADE	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNÇÃO PRINCIPAL	TÍTULO DO SUBPROJETO/ATIVIDADE	C N	AUTORIZADO (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LÍQUIDO (E)	% DO LÍQUIDO S/AUTORIZADO (F)=(E)/(C)
ACRE	30907 FDO. PENITENCIÁRIO	06.030.0015.2072.0002	MOTIVAR NA EXECUÇÃO PENAL NO ESTADO DO ACRE - AC	3	9.372	0		
ACRE	30907 FDO. PENITENCIÁRIO	06.030.0024.1020.0022	CADASTRO E CONTROLE DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA - AC	7	59.200	0		
ACRE	33201 INST. MAC. REG. SOCIAL-IMS	15.082.0025.1183.0159	REFORMA E MELHORIA DAS INSTALAÇÕES DAS UNIDADES DE SERVIÇO - AC	3	510.000	194.367	194.367	38.11
ACRE	33201 INST. MAC. REG. SOCIAL-IMS	15.082.0025.1183.0159	REFORMA E MELHORIA DAS INSTALAÇÕES DAS UNIDADES DE SERVIÇO - AC	4	100.000	15.850	15.850	15.85
ACRE	33903 FDO. MAC. DE ASSIST. SOCIA	15.081.0486.4519.0002	GERAÇÃO DE RENDA NO ESTADO E MUNICÍPIOS DO ACRE-AC	3	247.980	105.284	105.284	42.46
ACRE	33903 FDO. MAC. DE ASSIST. SOCIA	15.081.0486.4519.0002	GERAÇÃO DE RENDA NO ESTADO E MUNICÍPIOS DO ACRE-AC	4	132.724	57.892	57.892	43.62
ACRE	33903 FDO. MAC. DE ASSIST. SOCIA	15.081.0486.4519.0030	ASSISTÊNCIA INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO ESTADO E MUNICÍPIOS DO ACRE - AC	3	551.607	242.727	242.727	44.00
ACRE	33903 FDO. MAC. DE ASSIST. SOCIA	15.081.0486.4519.0030	ASSISTÊNCIA INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO ESTADO E MUNICÍPIOS DO ACRE - AC	4	235.880	98.697	98.697	41.84
ACRE	33903 FDO. MAC. DE ASSIST. SOCIA	15.081.0486.4519.0058	AÇÕES SOCIAIS E COMUNITARIAS NO ESTADO E MUNICÍPIOS DO ACRE - AC	4	16.196	0		
ACRE	33903 FDO. MAC. DE ASSIST. SOCIA	15.081.0486.4519.0058	AÇÕES SOCIAIS E COMUNITARIAS NO ESTADO E MUNICÍPIOS DO ACRE - AC	3	25.731	13.751	13.751	53.44
ACRE	36211 FUNDAÇÃO MAC. DE SAÚDE	13.076.0447.1111.0118	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ESTADO DO ACRE	4	85.150	0		
ACRE	36211 FUNDAÇÃO MAC. DE SAÚDE	13.076.0448.1112.0079	SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCALIDADES NO ESTADO DO ACRE	4	96.850	0		
ACRE	36211 FUNDAÇÃO MAC. DE SAÚDE	13.076.0448.1113.0193	MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES NO ESTADO DO ACRE	4	25.000	23.698		
ACRE	36901 FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	13.075.0428.3376.0044	REAPARELHAMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO SUS NO ESTADO DO ACRE	4	4.455.500	0		
ACRE	36901 FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	13.075.0428.3376.0001	OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE E MEMORIALIZADOS NO ESTADO DO ACRE	4	315.000	0		
ACRE	36901 FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	13.075.0428.4436.0001	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA NO ESTADO E MUNICÍPIOS DO ACRE	3	14.229.322	13.975.513	13.975.513	98.22
ACRE	38901 FDO. AMPARO TRABALHADOR	14.076.0470.4341.0053	APOIO AO PROGRAMA DE CRIAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ACRE	3	150.000	0		
ACRE	39201 DEP. MAC. EST. RODAGEM-DRE	16.086.0535.1200.0006	CONSTRUÇÃO DE PÁRIOS E POSTOS PARA O SISTEMA DE PESAGEM DE VEÍCULOS NO ESTADO DO ACRE	4	270.000	0		
ACRE	39201 DEP. MAC. EST. RODAGEM-DRE	16.086.0537.1204.0174	BR-364/AC - RIO BRANCO - CRUZEIRO DO SUL	4	16.748.000	16.748.000	16.748.000	100.00
ACRE	39201 DEP. MAC. EST. RODAGEM-DRE	16.086.0537.1204.0266	BR-317/AC - CONSTRUÇÃO DO TRECHO RIO BRANCO - ASSIS BRASIL	4	0	0		
ACRE	39201 DEP. MAC. EST. RODAGEM-DRE	16.086.0538.2425.0032	CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, ROTINEIRA E EMERGENCIAL NO ACRE	4	2.159.000	2.146.246	1.763.055	81.66
ACRE	39201 DEP. MAC. EST. RODAGEM-DRE	16.086.0539.1205.7544	BR-364/AC - RESTAURAÇÃO DO TRECHO RIO BRANCO - CRUZEIRO DO SUL	4	6.000.000	6.000.000	5.649.321	94.16
ACRE	44101 MIN. DO MEIO AMBIENTE	03.009.0039.4444.0057	APOIO À EDUCALÃO E SAÚDE AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS NO ESTADO DO ACRE	4	104.000	0		
ACRE	44101 MIN. DO MEIO AMBIENTE	03.009.0039.4444.0058	MODERNIZAÇÃO E DESMOLVIMENTO DO EXTRATIVISMO NO ESTADO DO ACRE	4	80.000	0		
ACRE	47101 MIN. DO PLANEJ. ORÇAMENTO	07.040.0183.1714.7814	INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ACRE	4	4.000.000	150.017		
ACRE	47101 MIN. DO PLANEJ. ORÇAMENTO	10.057.0031.3435.0001	MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS NO ESTADO DO ACRE	4	674.549	0		
ACRE	47101 MIN. DO PLANEJ. ORÇAMENTO	13.076.0448.3423.0011	SANEAMENTO BÁSICO NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS DE REDUÇÃO DA MORTALIDADE NA INFÂNCIA NO ESTADO DO ACRE	4	3.000.000	3.000.000		
ACRE	47905 FDO. PROGR. HABIT. POPULAR	10.057.0031.3355.0908	HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL NO ESTADO DO ACRE	4	3.850.000	98.139	98.139	2.55
ACRE	73101 REC. SOB. SUP. MIN. FAZENDA	03.008.0031.2212.0001	EXTINTO TERRITÓRIO DO ACRE (LEI NO. 4.070/62)	1	4.948.436	4.763.079	4.763.079	96.25
ACRE	73101 REC. SOB. SUP. MIN. FAZENDA	15.078.0486.4419.0001	AUXÍLIO-CRISCHE - EXTINTO TERRITÓRIO DO ACRE	3	40.900	7.575	7.575	18.52
ACRE	73101 REC. SOB. SUP. MIN. FAZENDA	15.078.0486.4419.0002	CONCESSÃO DE VALE-TRANSPORTE - EXTINTO TERRITÓRIO DO ACRE	3	61.081	11.757	11.757	19.25
ACRE	73101 REC. SOB. SUP. MIN. FAZENDA	15.078.0486.4419.0003	AUXÍLIO-REFEÇÃO - EXTINTO TERRITÓRIO DO ACRE	3	156.251	27.188	27.188	17.40
ACRE	73101 REC. SOB. SUP. MIN. FAZENDA	15.082.0495.2213.0001	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO EXTINTO TERRITÓRIO DO ACRE (LEI BR. 4070/62)	1	43.778.863	43.661.685	43.482.584	99.32
ACRELANDIA	22101 MIN. AGRIC. E DEF. AGRÁRIA	04.014.0078.1648.0192	AQUISIÇÃO DE PATROLHA AGRÍCOLA MECANIZADA PARA ACRELANDIA - AC	4	0	0		
ACRELANDIA	36901 FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	13.075.0428.3376.1258	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE CENTRO DE SAÚDE EM ACRELANDIA - AC	4	0	0		
ASSIS BRASIL	26298 FDO. MAC. DESENV. EDUCAÇÃO	08.042.0188.2289.7342	ASSIST. FIN. P/ CONSTR. EQUIP. ESCOLAS ENS. FUND. EM ASSIS BRASIL - AC	4	0	0		
BRASILIA	22101 MIN. AGRIC. E DEF. AGRÁRIA	04.018.0110.2491.0229	APOIO E INCENTIVO AO COOPERATIVISMO EM BRASILIA - AC	3	100.000	0		
BRASILIA	36211 FUNDAÇÃO MAC. DE SAÚDE	13.076.0447.1111.4952	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM BRASILIA - AC	4	0	0		



ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1996

Acumulado até: 16/01/1997

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1.000

LOCALIDADE	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/ATIVIDADE	C N	AUTORIZADO (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (F)	% DO LIQUIDADO S/AUTORIZADO (F)=(E)/(C)
BRASILIA	36211 FUNDAÇÃO MAC DE SAUDE	13.076.0468.1112.1792	SANEAMENTO BASICO EM BRASILIA - AC	4	0	0	0	
BRASILIA	47101 MIN DO PLANEJ. ORÇAMENTO	07.040.0183.1716.7129	INFRA-ESTRUTURA URBANA EM BRASILIA - AC	4	120.000	0	0	
BUJARI	48201 INST. MAC. DESENV. DESPORT	08.046.0224.1639.0146	CONSTRUÇÃO E EQUIP. DE QUADRA POLIESPORTIVA EM BUJARI - AC	4	40.000	0	0	
CRUZEIRO DO SUL	22101 MIN. AGRIC. E REF. AGRARIA	06.018.0110.2451.0230	APÓIO E INCENTIVO AO COOPERATIVISMO EM CRUZEIRO DO SUL - AC	4	100.000	100.000	100.000	100.000
CRUZEIRO DO SUL	33903 FDO. MAC. DE ASSIST. SOCIA	15.081.0486.3335.0473	CONCLUSÃO DA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE COM EQUIPAMENTOS EM CRUZEIRO DO SUL - AC	4	346.000	144.900		
CRUZEIRO DO SUL	36901 FUNDO NACIONAL DE SAUDE	13.075.0428.1619.0290	AQUISIÇÃO DE UNIDADES MOVEL DE SAUDE PARA CRUZEIRO DO SUL - AC	4	0	0	0	
CRUZEIRO DO SUL	36901 FUNDO NACIONAL DE SAUDE	13.075.0428.3376.1261	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE HOSPITAL EM CRUZEIRO DO SUL - AC	4	2.000.000	0	0	
CRUZEIRO DO SUL	47101 MIN. DO PLANEJ. ORÇAMENTO	07.040.0183.1716.7876	INFRA-ESTRUTURA URBANA EM CRUZEIRO DO SUL - AC	4	100.000	0	0	
CRUZEIRO DO SUL	47101 MIN. DO PLANEJ. ORÇAMENTO	13.076.0468.1642.0035	SANEAMENTO BÁSICO EM CRUZEIRO DO SUL - AC	4	120.000	120.000	120.000	100.00
FEIJO	22101 MIN. AGRIC. E REF. AGRARIA	06.014.0078.1648.0141	EQUIPAMENTOS PARA PATRULHA AGRICOLA MECANIZADA EM FEIJO - AC	4	0	0	0	
FEIJO	47101 MIN. DO PLANEJ. ORÇAMENTO	07.040.0183.1716.7313	INFRA-ESTRUTURA URBANA EM FEIJO - AC	4	95.000	0	0	
FEIJO	47101 MIN. DO PLANEJ. ORÇAMENTO	13.076.0468.1642.0036	SANEAMENTO BÁSICO EM FEIJO - AC	4	220.000	220.000	220.000	100.00
FEIJO	47903 FDO. PROGR. HABIT. POPULAR	10.037.0031.3395.0307	HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL EM FEIJO - AC	4	119.000	0	0	
JORDÃO	36901 FUNDO NACIONAL DE SAUDE	13.075.0428.3376.0081	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE JORDÃO - AC	4	100.000	0	0	
MARCIO LIMA	48201 INST. MAC. DESENV. DESPORT	08.046.0224.1639.0145	CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA EM MARCIO LIMA - AC	4	40.000	0	0	
MANOEL ORBANO	47101 MIN. DO PLANEJ. ORÇAMENTO	13.076.0467.1645.0059	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MANOEL ORBANO - AC	4	90.000	90.000	19.944	22.16
MARACAL TAUAUTUROO	22101 MIN. AGRIC. E REF. AGRARIA	06.014.0078.1648.0133	AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRICOLA MECANIZADA PARA MARACAL TAUAUTUROO - AC	4	0	0	0	
MARACAL TAUAUTUROO	46201 IBAMA	06.014.0112.4337.0094	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE COURO VEGETAL EM MARACAL TAUAUTUROO - AC	3	150.000	50.000	50.000	33.33
PLACIDO DE CASTRO	22101 MIN. AGRIC. E REF. AGRARIA	06.014.0078.1646.0131	AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRICOLA MECANIZADA PARA PLACIDO DE CASTRO - AC	4	0	0	0	
PLACIDO DE CASTRO	26298 FDO. MAC. DESENV. EDUCAÇÃO	08.042.0188.2289.7377	ASSIST. FIM. P/ CONSTR. EQUIP. ESCOLAS ENS. FUND. EM PLACIDO DE CASTRO - AC	4	0	0	0	
PLACIDO DE CASTRO	36211 FUNDAÇÃO MAC. DE SAUDE	13.076.0468.1112.1266	SANEAMENTO BASICO EM PLACIDO DE CASTRO - AC	4	0	0	0	
PORTO ACRE	22101 MIN. AGRIC. E REF. AGRARIA	06.014.0078.1646.0134	AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRICOLA MECANIZADA PARA PORTO ACRE - AC	4	0	0	0	
PORTO ACRE	36211 FUNDAÇÃO MAC. DE SAUDE	13.076.0467.1111.4991	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM PORTO ACRE - AC	4	120.000	120.000	120.000	100.00
PORTO WALTER	22101 MIN. AGRIC. E REF. AGRARIA	06.014.0078.1646.0132	AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRICOLA MECANIZADA PARA PORTO WALTER - AC	4	0	0	0	
PORTO WALTER	26298 FDO. MAC. DESENV. EDUCAÇÃO	08.042.0188.2289.7324	ASSIST. FIM. P/AMPL. REF. EQUIP. ESC. ENS. FUND. EM PORTO WALTER - AC	4	0	0	0	
PORTO WALTER	47101 MIN. DO PLANEJ. ORÇAMENTO	13.076.0468.1642.0033	SANEAMENTO BÁSICO EM PORTO WALTER - AC	4	100.000	100.000	27.400	27.40
RIO BRANCO	26298 FDO. MAC. DESENV. EDUCAÇÃO	08.042.0188.2289.7274	ASSIST. FIM. P/ INSTAL. DO CENT. APENF. ENS. FUNDAM. DE RIO BRANCO - AC	4	0	0	0	
RIO BRANCO	26298 FDO. MAC. DESENV. EDUCAÇÃO	08.042.0188.2289.7274	ASSIST. FIM. P/ INSTAL. DO CENT. APENF. ENS. FUNDAM. DE RIO BRANCO - AC	3	0	0	0	
RIO BRANCO	26298 FDO. MAC. DESENV. EDUCAÇÃO	08.042.0188.2289.7280	ASSIST. FIM. P/AMPL. REF. EQUIP. ESC. ENS. FUND. EM RIO BRANCO - AC	3	0	0	0	
RIO BRANCO	26298 FDO. MAC. DESENV. EDUCAÇÃO	08.042.0188.2289.7280	ASSIST. FIM. P/AMPL. REF. EQUIP. ESC. ENS. FUND. EM RIO BRANCO - AC	4	0	0	0	
RIO BRANCO	33903 FDO. MAC. DE ASSIST. SOCIA	15.081.0486.3335.0383	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE CONVIVÊNCIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM RIO BRANCO - AC	4	100.000	0	0	
RIO BRANCO	33903 FDO. MAC. DE ASSIST. SOCIA	15.081.0486.4519.0370	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA EM RIO BRANCO - AC	4	100.000	0	0	
RIO BRANCO	36211 FUNDAÇÃO MAC. DE SAUDE	13.076.0325.1594.0481	SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM RIO BRANCO - AC	4	150.000	150.000	150.000	100.00
RIO BRANCO	36211 FUNDAÇÃO MAC. DE SAUDE	13.076.0468.3012.0023	DRENAGEM EM ÁREAS ENDEMICAS EM RIO BRANCO - AC	4	0	0	0	
RIO BRANCO	39201 DEP. MAC. REF. RODAGEM-DRE	16.088.0339.1205.7337	BR-317/AC - REESTABELECIMENTO DO TRECHO RIO BRANCO - ASSIS BRASIL	4	3.143.000	3.143.000	3.143.000	100.00
RIO BRANCO	44101 MIN. DO MEIO AMBIENTE	13.077.0458.1244.1443	CONTROLE DE ESCOTAS DO RIO ACRE EM RIO BRANCO - AC	4	225.000	0	0	
RIO BRANCO	47101 MIN. DO PLANEJ. ORÇAMENTO	07.030.0183.1716.1074	INFRA-ESTRUTURA URBANA EM RIO BRANCO - AC	4	0	0	0	
RIO BRANCO	47101 MIN. DO PLANEJ. ORÇAMENTO	07.040.0183.1716.1074	INFRA-ESTRUTURA URBANA EM RIO BRANCO - AC	4	3.000.000	2.974.708	2.974.727	99.16
RIO BRANCO	47101 MIN. DO PLANEJ. ORÇAMENTO	10.048.0123.3421.0122	DESENVOLVIMENTO URBANO EM RIO BRANCO - AC	4	110.000	0	0	



## ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1996

Acumulado até: 16/01/1997

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

LOCALIDADE	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FUNCCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE	C N	AUTORIZADO (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	% DO LIQUIDADO S/ AUTORIZADO (F)=(E)/(C)
RIO BRANCO	41203 SUFRAMA	07.040.0031.1174.0076	IMPLANTACAO DO TERMINAL RODOVIARIO DE INTEGRACAO EM RIO BRANCO - AC (EST. EXPERIMENTAL)	4	0	0	0	
RIO BRANCO	41203 SUFRAMA	07.040.0031.1174.0079	CONSTRUCAO DO CENTRO DO PEQUENO COMERCIO EM RIO BRANCO - AC	4	0	0	0	
RIO BRANCO	41203 SUFRAMA	07.040.0031.1174.0092	CONSTRUCAO DE VIADUTO URBANO NA AV. CEARA/G. VARGAS EM RIO BRANCO - AC	4	0	0	0	
RIO BRANCO	41905 FDO. PROGR. HABIT. POPULAR	10.037.0031.3355.0376	APOIO A DESMISTIFICACAO DE AREAS DEGRADADAS PARA FINS HABITACIONAIS EM NOVA ESTACAO DO RIO BRANCO - AC	4	130.000	0	0	
RIO BRANCO	41905 FDO. PROGR. HABIT. POPULAR	10.037.0031.3355.0595	URBANIZACAO DE FAVELAS EM RIO BRANCO - AC	4	120.000	0	0	
RIO BRANCO	48201 INST. MAC. DESENV. DESPORT	08.046.0224.1639.0147	CONSTRUCAO E EQUIP. DE QUADRA POLIESPORTIVA EM RIO BRANCO - AC (OUTRO ESPORTE)	4	300.700	0	0	
RIO BRANCO	48201 INST. MAC. DESENV. DESPORT	08.046.0224.1639.0234	CONSTRUCAO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA PERIFERIA DE RIO BRANCO - AC	4	40.000	0	0	
SENA MADUREIRA	24298 FDO. MAC. DESENV. EDUCACAO	08.042.0188.2289.7138	ASSIST. FIM.P/AMPL.REF. EQUIP.ESC.ENS.FUND. EM SENA MADUREIRA - AC	4	0	0	0	
SENA MADUREIRA	36211 FUNDACAO MAC. DE SAUDE	13.076.0325.1554.0505	SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS EM SENA MADUREIRA - AC	4	100.000	0	0	
SENA MADUREIRA	36211 FUNDACAO MAC. DE SAUDE	13.076.0447.1111.9072	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM SENA MADUREIRA - AC	4	0	0	0	
SENA MADUREIRA	47101 MIN. DO PLANEJ. ORCAMENTO	13.076.0448.1642.0599	SANEAMENTO BASICO EM SENA MADUREIRA - AC	4	100.000	100.000	100.000	100,00
SENA MADUREIRA	47905 FDO. PROGR. HABIT. POPULAR	10.037.0031.3355.0318	HABITACOES DE INTERESSE SOCIAL EM SENA MADUREIRA - AC	4	100.000	0	0	
SENADOR GUTOMARD	22101 MIN. AGRIC. E REF. AGRARIA	04.014.0078.1646.0130	ACQUISICAO DE PATRULHA AGRICOLA MECANIZADA PARA SENADOR GUTOMARD - AC	4	0	0	0	
SENADOR GUTOMARD	36901 FUNDO NACIONAL DE SAUDE	13.075.0428.6438.0156	MANUTENCAO DE HOSPITAL EM SENADOR GUTOMARD - AC	3	0	0	0	
SENADOR GUTOMARD	47905 FDO. PROGR. HABIT. POPULAR	10.037.0031.3355.0885	HABITACOES DE INTERESSE SOCIAL EM SENADOR GUTOMARD - AC	4	97.000	0	0	
TARAUACA	36901 FUNDO NACIONAL DE SAUDE	13.075.0428.3376.1005	CONSTRUCAO E EQUIPAMENTO DE HOSPITAL EM TARAUACA - AC	4	0	0	0	
TARAUACA	47101 MIN. DO PLANEJ. ORCAMENTO	07.040.0183.1714.7853	INFRA-ESTRUTURA URBANA EM TARAUACA - AC	4	19.000	0	0	
TARAUACA	47101 MIN. DO PLANEJ. ORCAMENTO	13.076.0448.1642.0034	SANEAMENTO BASICO EM TARAUACA - AC	4	105.000	105.000	105.000	
TARAUACA	47905 FDO. PROGR. HABIT. POPULAR	10.037.0031.3355.0316	HABITACOES DE INTERESSE SOCIAL EM TARAUACA - AC	4	100.000	0	0	
XAPURI	22101 MIN. AGRIC. E REF. AGRARIA	04.018.0110.2451.0226	APOIO AO COOPERATIVISMO EM XAPURI - AC	3	200.000	0	0	
XAPURI	36901 FUNDO NACIONAL DE SAUDE	13.075.0428.3376.1130	REFORMA E AMPLIACAO DE UNIDADE MISTA DE SAUDE EM XAPURI - AC	4	0	0	0	
XAPURI	47101 MIN. DO PLANEJ. ORCAMENTO	07.040.0183.1714.7851	INFRA-ESTRUTURA URBANA EM XAPURI - AC	4	19.000	0	0	
Total					174.292.596	147.206.937	136.637.892	78,40



**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Peres) - Concedo a palavra ao Senador Valmir Campelo.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. VALMIR CAMPELO** (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com denotada frequência tenho ocupado o espaço desta tribuna para trazer ao conhecimento dos senhores, bem como para levar ao Governo e à sociedade organizada, minha opinião relativa às questões de interesse dos servidores públicos.

Por diversas vezes formulei protestos contra as políticas prejudiciais ao funcionalismo de modo geral, incluindo nessa categoria os servidores públicos militares.

Hoje, após detida análise da regulamentação das carreiras do Ministério da Aeronáutica, verifiquei algumas impropriedades, as quais resultam na lesão do direito de promoção dos Taifeiros da Força Aérea Brasileira.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Lei nº 3.953/61 garante aos taifeiros o acesso à graduação de Suboficial, por meio de promoções periódicas e sucessivas, a partir do ingresso na carreira, como Taifeiro de 2ª Classe.

Essa lei, teoricamente, garante as promoções aos taifeiros, mas, na prática, elas são impossíveis, pois para ascender até a graduação de suboficial, o taifeiro, por exigência de outra lei, que dispõe sobre sua carreira, tem que permanecer até sete anos em cada nível de graduação. Como essa carreira é composta de sete níveis de graduação, o taifeiro, para atingir o suboficialato, tem que permanecer na ativa por longos 42 anos.

Como vêem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esse é um caso de "lei impossível", pois para permitir o acesso ao último nível da carreira, o taifeiro terá que permanecer na ativa mais tempo do que lhe é exigível para a passagem para a inatividade: 30 anos.

Precisamos corrigir imediatamente essa distorção. A carreira de Taifeiros, com início na graduação de Taifeiro de 2ª Classe e continuidade sequencial nas graduações de Taifeiro de 1ª Classe, Taifeiro-Mor, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Suboficial é excessivamente extensa diante do interstício obrigatório de sete anos.

Sr. Presidente, ou mantemos esse interstício e reduzimos o número de níveis da carreira de sete para no máximo cinco, ou reduzimos esse interstício para quatro anos, no máximo, para viabilizar que o taifeiro atinja o ápice de sua carreira em 28 anos de casema.

Esse tempo, de 28 anos, não deixa também de ser reconhecidamente prolongado, mas, se comparado com as regras atuais, apresenta razoável dose de bom senso, visto que, para atingir o topo da carreira, atualmente, o taifeiro, como já disse, necessita permanecer na ativa por 42 anos.

Creio, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que a proposta de redução do número de níveis da carreira, no meu entendimento, será a mais simples e menos onerosa para que se corrija a injustiça até hoje praticada com os taifeiros da Força Aérea Brasileira. Isso porque a revisão requerida se concentrará somente nessa carreira, sem que seja cometida qualquer discriminação - qualquer injustiça - com as demais carreiras militares.

A nossa proposta é no sentido de aglutinarem-se as graduações de Taifeiros de 2ª Classe, Taifeiros de 1ª Classe e Taifeiro-Mor em uma só graduação. Sendo isso aceito, a carreira passaria a ser composta pela graduação inicial, denominada simplesmente de Taifeiro, seguida das graduações de 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Suboficial. Estas seriam atingidas pelo militar mediante promoções sucessivas, respeitados os atuais interstícios obrigatórios.

Com isso, o taifeiro atingirá o ápice de sua carreira com o mínimo de 16 anos de efetivo exercício, e com o máximo de 28 anos de trabalho.

Gostaria, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de, neste momento, propor um projeto de lei para iniciar a discussão em torno do assunto que ora trago à reflexão dos senhores e almejar a correção dessa impropriedade legal dentro do menor espaço de tempo possível. Contudo, tenho plena consciência de que a iniciativa da lei, que vise à correção pretendida, é da competência privativa do Presidente da República.

Mesmo assim, apesar das restrições legais que limitam a minha iniciativa de propor projetos dessa natureza, não vou ficar inerte diante dessa situação injusta e distorcida: levarei ao Presidente da República, por meio do Ministro da Aeronáutica, o meu pedido, apresentando-lhe essas razões e solicitando sua atenção no sentido de determinar ao órgão competente a realização de um imediato estudo, a fim de que seja analisada a situação dos taifeiros da FAB, e que seja formulada ao Congresso Nacional, por meio de projeto de lei, uma proposta capaz de corrigir a impropriedade legal a que acabei de me referir, fazendo, assim, justiça para com os taifeiros, sejam eles da ativa, sejam inativos.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero aproveitar, neste momento, para demonstrar ao Ministro da



Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Lélío Viana Lobo, o meu apreço particular a sua pessoa e o meu reconhecimento ao trabalho de grande valor para a Nação desenvolvido por esse experiente militar. Temos a segura confiança de que o Brigadeiro Lélío Viana Lobo também irá analisar de **per si** a situação da carreira do taifeiros e, sem dúvida, não irá medir esforços no sentido de encontrar a solução possível, nos limites de sua Pasta ministerial.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Valmir Campelo, o Sr. Jefferson Péres deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior.*

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero congratular-me com a Igreja pela iniciativa de, este ano, escolher como tema os encarcerados, os marginalizados, os rejeitados, que, por um processo brutal, na sua grande maioria, tendem à criminalidade.

Por falta, talvez, de oportunidade, Sr. Presidente, milhares de brasileiros estão sujeitos ao caminho da marginalidade. O homem é o produto do meio.

É lamentável que milhares de brasileiros nasçam em situações adversas; que, nos bolsões de miséria que se estendem pelo território nacional, não tenham a oportunidade da boa educação, a oportunidade de estar em uma boa família, com as condições mínimas de sobrevivência garantidas.

Sr. Presidente, nas cadeias, nas penitenciárias, a população carcerária, hoje, no País, é um exército de almas que não têm perspectivas.

O Estado, por seu lado, procura alternativas para tentar resolver o problema da violência. Recentemente acompanhamos, pelos meios de comunicação, o Estado de São Paulo, através de seu Governo, tomar medidas para tentar coibir a violência, os assaltos. A maioria daqueles que foram recolhidos em uma operação policial eram mendigos, a maioria daqueles que foram abordados pela Polícia, no cumprimento do seu dever, eram desempregados.

Sr. Presidente, gostaria também de sugerir à Igreja, da tribuna do Senado, que, no próximo ano, tenha a mulher como tema da Campanha da Frater-

nidade. No País, uma média de 150 mil mulheres morrem anualmente. Que a Igreja procure abordar esse tema, tão importante. São coisas que sentimos profundamente.

A mulher precisa obter imediatamente o direito de optar nas questões que a atingem diretamente. Se a Igreja não aprova o livre arbítrio da mulher, pelo menos ela deveria usar os seus meios e a sua força junto ao povo para que fosse desencadeada uma ampla campanha nacional, nos meios de comunicação, de esclarecimento sobre os métodos anti-concepcionais.

São aproximadamente 150 mil óbitos de mulheres, por ano, no Brasil. Isso é um caso, também, de calamidade pública.

Sr. Presidente, ficam o nosso registro e as nossas homenagens à Igreja pela Campanha da Fraternidade, por chamar a atenção da sociedade brasileira para a situação dos encarcerados no País, para a situação da população carcerária, que não deixa de ser outra calamidade pública.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acredito que não temos outro caminho, senão aquele percorrido pelo Japão. É preciso um investimento maciço na educação. Dessa forma, a médio e longo prazos teremos um País robusto e responsável, onde seus cidadãos possam viver com dignidade.

Era o que tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Gilvan Borges, o Sr. Nabor Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúdio Coelho, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Lúdio Coelho) - Concedo a palavra ao Senador Emandes Amorim. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Francisco Escórcio.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO** (PFL-MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho, hoje, à tribuna desta Casa, para apresentar um projeto de lei que extingue os créditos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) oriundos de contribuições sociais devidas aos municípios até 31 de dezembro de 1992 e dá outras providências.



Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, conheço bem de perto a situação por que passam os municípios brasileiros, de grandes dificuldades. Tenho conversado sobre isso, tenho analisado a situação dos municípios, e percebo que a sua manutenção é quase impraticável.

Portanto, Sr. Presidente, venho a esta tribuna até porque, no procedimento de levantamento das dívidas municipais existentes no dia 31 de dezembro de 1992, o INSS superestimou os montantes devidos.

Por uma questão de justiça, até para que os municípios possam sobreviver e oferecer uma situação digna ao seu povo é que trago este projeto a esta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Lúdio Coelho) - Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.  
S. Ex<sup>a</sup> declina da palavra.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Machado. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Guilherme Palmeira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda.

**O SR. JOEL DE HOLLANDA** (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a votação e aprovação do projeto de lei que disciplina a doação de órgãos gerou uma profícua polêmica, que envolveu o Parlamento, instituições da sociedade civil e imprensa. Manifestaram-se, também, os principais interessados: os candidatos a receberem uma doação e os potenciais doadores. Enfim, a proposição suscitou o debate em toda a sociedade. Por isso, a controvérsia criada em torno do projeto é salutar: permite o pronunciamento de uma gama muito ampla da cidadania. Todas as vezes que nós, parlamentares, provocarmos isso, estaremos cumprindo com nosso papel.

Lamento, é claro, que tenha sido dado mais espaço à crítica ao projeto que ao esclarecimento de seu texto e de seus reais objetivos. Creio que, à me-

dida em que haja um maior conhecimento da matéria, as resistências serão paulatinamente diminuídas. Para tanto, será fundamental a atuação da mídia e dos organismos de saúde. Com satisfação, fui informado de que o Ministério da Saúde já prepara a regulamentação da lei e planeja a implantação de uma central nacional de transplante.

É preciso lembrar que a legislação existente, até então, não estimulava o aumento de doações, nem pressionava pela criação de novas estruturas de captação e transplante de órgãos, levando à formação de enormes filas de pessoas à espera de uma doação, muitas das quais morriam antes de serem beneficiadas. Criou-se um falso dilema que só servia para desestimular as doações e os transplantes. De um lado, afirmava-se que não eram criadas mais instituições de captação e de transplante por não haver número bastante de doadores que justificasse tal empreendimento; por outro, alegava-se a inexistência de centros especializados como desculpa para que não houvesse mais doadores. Como veremos, a nova lei acaba com esse falso dilema: potencialmente, haverá muitos doadores daqui para a frente. As autoridades sanitárias poderão dedicar maior empenho na implantação de centros e, ao mesmo tempo, os interessados poderão cobrar dos responsáveis ações concretas sem ter que ouvir desculpas.

O ponto mais polêmico levantado contra o projeto foi o da doação presumida: toda pessoa é doadora, a menos que expresse a negativa no documento de identidade ou na Carteira de Motorista. Isso soou para muitos como uma invasão do Estado sobre a inviolabilidade dos indivíduos e um atentado contra a dignidade dos mortos. Outros alegaram a precariedade de centros para captação e mesmo o despreparo dos médicos para atestar a morte encefálica, o que poderia levar a erros pavorosos. Alguns viram no dispositivo um alento para o comércio clandestino de órgãos; outros, mesmo sem expressar nenhum motivo razoável, manifestaram-se em contrário.

Analisando com carinho, podemos ver que as objeções apontadas, embora razoáveis, não se aplicam ao projeto. Começando pelos aspectos práticos, vejamos: a precariedade das instituições de saúde e o despreparo dos profissionais é mesmo um risco? Ao lermos o texto, constatamos que qualquer extração de órgão, tecido ou parte do corpo só será feita em cadáver cuja morte cerebral tenha sido atestada. Tal comprovação só pode ser feita mediante exame preciso, realizado com a presença de



dois médicos, conforme critérios clínicos e tecnológicos definidos pelo Conselho Federal de Medicina. Pelo que fomos informados, na prática, é feita hoje uma angiografia, exame que demonstra a paralisação completa da circulação, indicando que o tecido nervoso está irreversivelmente destruído. Tal diagnóstico é feito por dois médicos clínicos e mais um legista. A lei abre ainda a possibilidade de participação de um médico de confiança da família. Como todos sabem, não são todos os hospitais que dispõem de condições para realizar esse trabalho. Há, também, exigências rigorosas para a operação, como exigência de tempo entre a retirada do órgão e seu transplante no receptor, compatibilidade orgânica e sanidade do elemento a ser transplantado. Tudo isso contribui para a necessidade não só de estruturas adequadas, mas também de especialistas.

**O Sr. Bernardo Cabral** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOEL DE HOLLANDA** - Ouço, com satisfação, o nobre Senador Bernardo Cabral.

**O Sr. Bernardo Cabral** - Senador Joel de Hollanda, tenho tido o cuidado de ouvir os meus colegas Senadores com a atenção que merecem. Busco não interrompê-los, até para não quebrar a cadência do raciocínio. Mas V. Ex<sup>a</sup> é um dos representantes do seu Estado que sempre me deixa atento ao que diz, pelo cuidado, pela atenção que dedica às matérias que traz à tribuna; e essa é uma delas. Por isso estou quebrando a linearidade do meu discurso, não para dar uma contribuição, porque dela V. Ex<sup>a</sup> está absolutamente dispensado, mas para fazer uma reflexão sobre um assunto tão importante quanto esse. Como bem acentuou no início do meu pronunciamento, essa é uma matéria polêmica, que, de ponta a ponta, em nosso País, recebe os comentários mais diversos, ora favoráveis, ora desfavoráveis. É claro que precisávamos de uma lei que viesse disciplinar esse problema de transplante de órgãos, sobretudo para aqueles que estão há anos nas filas dos hospitais, para as famílias que se inquietam, para alguns que desaparecem, quando uma simples doação resolveria o caso. O que temo - e fiz questão de registrar ao longo da discussão e votação do projeto - é se esse doador espontâneo não será, quando for de família muito pobre, já cadáver, relegado ao esquartejamento para fins inconfessáveis. Veja V. Ex<sup>a</sup> que, ainda há bem pouco tempo - peço perdão se me alongo -, falava-se, no exterior, da venda de órgãos de crianças brasileiras, obtidos de forma clandestina; umas dinamitadas pela fome, outras, por doenças. Lá fora, isso rendia uma fortu-

na. O cuidado com que V. Ex<sup>a</sup> aborda o assunto, Senador Joel de Hollanda, merece elogios. Temos que ver os dois ângulos e, aí sim, apontar caminhos e indicar soluções. Nesses hospitais onde não houver uma fiscalização maior, quando as pessoas vierem a falecer de uma hora para outra sem que ninguém saiba quem são, imagine V. Ex<sup>a</sup> o comércio clandestino que poderá vir a ser trilhado, o que fugiria do objetivo previsto pelo projeto, que é o de regularizar a situação daqueles que estão à espera de órgãos. De qualquer maneira, esta minha intervenção - faço questão de registrar o verbo - é para aplaudir a forma com que V. Ex<sup>a</sup>, Senador Joel de Hollanda, registra a sua apreciação. Neste País, precisamos de ponderação; neste País, precisamos de contribuição. Quando as pessoas, políticas ou não, no exercício do seu mandato, abordam um tema dessa natureza, com o fim de publicidade pessoal, temos que ser contrários. No caso de V. Ex<sup>a</sup>, aceite que esta minha achega seja para cumprimentá-lo.

**O SR. JOEL DE HOLLANDA** - Recolho com redobrada alegria o seu aparte, Senador Bernardo Cabral. Como de costume, V. Ex<sup>a</sup> trouxe informações importantes que complementam substancialmente o meu modesto pronunciamento.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Bernardo Cabral, tem sido um homem de ponderação, de equilíbrio, e o tem demonstrado em todos os cargos públicos que exerceu, sobretudo agora, na difícil missão que tem de presidir uma Comissão Parlamentar de Inquérito que estuda a emissão de títulos públicos. O Brasil inteiro é testemunha da serenidade, da forma imparcial, da forma extremamente correta, elegante com que vem conduzindo essa tarefa.

As observações que V. Ex<sup>a</sup> fez a propósito do tema que estou abordando, realmente, têm fundamento. São precisos cuidados para que a lei possa dar a contribuição que dela todos esperamos: aumentar a oferta de doadores, tirar das filas dos hospitais milhares de irmãos nossos, brasileiros que, se tivessem a oportunidade de fazer um transplante, teriam prolongado sua existência e melhorado a qualidade da sua vida.

Com muita alegria, incorporo o importante aparte com que V. Ex<sup>a</sup> acabou de me distinguir.

Retomo, Sr. Presidente, o raciocínio do meu modesto pronunciamento.

Outra alegação contrária à nova lei é de que facilitaria o tráfico de órgãos. Pelo que informou o Ministério da Justiça não há andamento e nenhum inquérito sobre o comércio clandestino de órgãos. Há denúncias na imprensa e de populares supondo



que tal prática hedionda exista constatando que ela antecede à lei. Todos sabemos que não se pode decretar por meio de um diploma legal o fim da desonestidade. Por outro lado, cria-se, com o novo instrumento jurídico, a penalização, com reclusão, cassação de licença do profissional e mesmo da instituição que transplantar órgão que não tenha sido captado de acordo com a lei. Portanto, é improcedente a hipótese de que a lei favorece o tráfico.

Quanto à oposição baseada em razões humanitárias e nos direitos individuais, e mesmo as oposições não justificadas, vemos suas raízes na cultura. Conta uma anedota popular que um rei autoritário mandou que seus ministros revogassem a lei de gravidade porque essa era um empecilho para que ele, o rei, voasse. Assim como a lei da gravidade não pode ser revogada para atender aos desejos imperiais, não podemos mudar, por decreto, hábitos culturais secularmente enraizados. Um deles é o modo como se lida comumente com a morte. Embora saibamos ser um evento natural no curso de quem está vivo, não tratamos desse assunto com a mesma familiaridade com que falamos da falta de chuva no Nordeste ou de enchentes no Sul.

Eis aí o problema da doação voluntária: se a pessoa não pensa que vai morrer, por que iria a uma repartição declarar-se doadora, renunciando um ato a ser concretizado após a própria morte. Ademais, a maioria dos elegíveis para serem doadores são vítimas de acidentes. Ninguém, convenhamos, prevê morrer de acidente. A lei da inércia prevalece. Pesquisas demonstram que mais de dois terços da população brasileira se dispõem a ser doadores, mas, infelizmente, não há registro de tantos doadores nos documentos. "Por via das dúvidas, é melhor não mexer com essa hipótese, quem sabe não se estaria, com esse ato, aproximando a morte". Embora ninguém declare isso, seria um raciocínio plausível. A lei age contra esse suposto mecanismo: em vez de esperar a declaração positiva, considera todos doadores, a não ser que declarem o contrário.

Pesa contra a lei, também, o fato de esse não ser um problema generalizado, que mobilize a opinião pública para intervir, como são os casos de catástrofes, em que o espírito de solidariedade se manifesta com muito mais prontidão, levando as pessoas a doarem alimentos, roupas e medicamentos para comunidades devastadas por terremotos ou guerras. A mazela atinge de maneira implacável apenas o doente que requer o transplante e seu círculo mais próximo de familiares e amigos. A questão não tem um apelo de massa, nem tampouco é uma

ameaça à saúde pública, como é o caso da Aids ou do dengue. E mesmo essas, apesar das campanhas de esclarecimento e da atuação preventiva das instituições, ainda causam os estragos que conhecemos. Por isso, a necessidade dessa lei de doação, que, embora atingindo um contingente restrito de pessoas, nem por isso deixa de ser importante e necessária.

De resto, as vantagens da lei são muitas. Além do aumento do universo de doadores, prevê a criação de organismos centrais, tanto na esfera federal como na estadual. Prevê a criação de lista única de pacientes receptores, para assegurar um maior controle e evitar o tráfico de influência ou prevalência do poder econômico. As doações em vida ficam restritas à família nuclear, mas com possibilidade de atingir outros, mediante autorização judicial. A publicidade de instituições de transplantes fica vedada, bem como a veiculação dos constrangedores apelos públicos pedindo doação de fundos. Por outro lado, campanhas regulares e sistemáticas deverão esclarecer e estimular a população às doações.

Por fim, enxergo nessa lei inúmeras vantagens e nenhum dos óbices até então apresentados. Obviamente que um instrumento legal, como já disse, não altera hábitos culturais. A participação dos pacientes, de seus familiares, das instituições de saúde e de direitos humanos da sociedade na gestão dos órgãos centrais de coordenação e no gerenciamento das listas serão, por certo, instrumentos eficientes para se garantir a legalidade, a moralidade e a dignidade tanto dos doadores quanto dos receptores. A nova lei sobre doação de órgãos deve ser, pois, implementada, de fato, para resgatar a saúde dos milhares de pacientes que necessitam de transplantes de órgãos.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Joel de Hollanda) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Machado. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha. (Pausa.)



Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha. (Pausa).

**O SR. PRESIDENTE** (Lúdio Coelho) - Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Joel de Hollanda.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 1997**

**Extingue os créditos do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS oriundos de contribuições sociais devidas pelos Municípios, até 31 de dezembro de 1992, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta: .

Art. 1º Ficam extintos todos e quaisquer créditos do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, oriundos de contribuições sociais por ele arrecadadas ou decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, devidos pelos Municípios relativos a períodos de competência anteriores a 1º de janeiro de 1993 e na data da publicação desta lei.

§ 1º Não se incluem entre os débitos vencidos especificados no **caput** deste artigo as contribuições descontadas dos empregados e dos trabalhadores avulsos e não recolhidas no INSS.

§ 2º O Município que, por ato próprio ou de terceiros tenha obtido, em qualquer tempo, vantagem ilícita em prejuízo direto ou indireto da Seguridade Social, através de prática de crime previsto na alínea ] do art. 95 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não poderá se beneficiar da remissão de débitos de que trata este artigo, independentemente das sanções administrativas, cíveis ou penais cabíveis.

Art. 2º A partir da publicação desta lei, o Município que deixar de recolher as contribuições sociais devidas ao INSS terá suas parcelas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM retidas pela União, que empregará os recursos no pagamento do crédito do INSS, até que a situação seja regularizada.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

A situação de penúria das contas públicas municipais é uma realidade irrefutável que tem que ser enfrentada tempestivamente. Com receitas mensais que muitas vezes são suficientes sequer para pagar os salários do funcionalismo, os Municípios estão

impossibilitados de honrar suas dívidas junto ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

Sucessivos instrumentos legais têm concedido condições mais favoráveis de parcelamento dos débitos, cancelamento de parte das dívidas, anistia de multas, etc. Contudo, tais instrumentos têm se configurado meros paliativos que não conseguiram viabilizar o pagamento dos débitos previdenciários dos Municípios.

A Lei de Custeio da Previdência Social (Lei nº 8.212, de 24-7-96) autorizou o INSS a cancelar em até 30% o valor dos débitos vencidos das prefeituras municipais, além de ter previsto a possibilidade de parcelamento do restante em até 60 meses.

Depois, entre fevereiro e julho de 1993, por intermédio da Lei nº 8.620, de 5-1-93, o prazo máximo de parcelamento foi estendido para 96 meses e as multas reduzidas em 50%, para os débitos relativos a competências anteriores a 1º de dezembro de 1992.

Posteriormente, a Lei Complementar nº 77, de 13-7-93, estabeleceu novas condições de amortização das dívidas municipais junto ao INSS, existentes em 31 de dezembro de 1992: por opção do Município devedor, retenção automática de 9% de sua parcela no Fundo de Participação dos Municípios – FPM (além da retenção de 3% para pagamento da dívida junto ao FGTS).

Em fins de 1995, a Lei nº 9.129 voltou a tratar da questão. Estabeleceu que, até maio de 1996, os débitos pendentes junto ao INSS relativos a competências anteriores a 1º de agosto de 1995 poderiam ser objeto de pagamento parcelado em até 96 meses, concedendo-se anistia total das multas.

Contudo, não obstante tantos dispositivos legais, a situação ainda pode ser considerada crítica para muitos Municípios, que estão na eminência de terem de paralisar suas atividades por falta de verbas.

Atualmente, vige apenas a possibilidade de parcelamento da dívida em 60 meses e, para os Municípios que optaram pela sistemática da Lei Complementar nº 77, a retenção de 9% das respectivas parcelas no FPM para pagamento dos débitos contraídos até 31 de dezembro de 1992.

Ocorre que, para proceder ao levantamento das dívidas municipais existentes em 31 de dezembro de 1992, o INSS superestimou significativamente os montantes devidos, consequência direta da metodologia de estimação adotada.

Assim, os débitos desses Municípios atingiram quantias exorbitantes, significando, para aqueles



que optaram pela retenção da parcela do FPM, comprometimento de verbas insuportável a longo prazo (9% do Fundo para o INSS, mais 3% para o FGTS).

Mesmo os Municípios que não optaram pela retenção automática, quando não podem honrar seus compromissos junto à Previdência Social, têm suas parcelas no FPM retidas pela União. Isto tem sido sobremaneira prejudicial para as finanças dos Municípios, pois, além de verem suas dívidas crescerem como bolas de neve, tendo em vista a incidência de correção monetária, juros e multa, ficam sem poder contar com os recursos repassados pela União, dos quais dependem substancialmente para sobreviver.

Constata-se, pois, que a situação é insustentável, já que tanto o pagamento quanto o não-pagamento da dívida em questão têm conduzido vários Municípios à beira da insolvência.

O presente Projeto de Lei insere-se nesse contexto, na medida em que busca garantir a sobrevivência financeira de nossos Municípios.

A fim de resolver definitivamente a situação acima descrita, propõe a remissão das dívidas dos Municípios junto ao INSS, contraídas até 31 de dezembro de 1992.

Por questão de justiça social, não perdoa a dívida do Município oriunda do não recolhimento das contribuições descontadas dos salários de seus empregados, além de também não contemplar dívidas oriundas de atos ilícitos.

Ademais, tendo em vista a efetiva desoneração das contas municipais possibilitadas pela presente proposição, o Projeto deixar claro que, doravante, qualquer atraso no recolhimento de contribuições sociais será penalizado com a imediata retenção da parcela do Município no FPM, até que a situação seja regularizada.

Tendo em vista as considerações mencionadas e certo de poder contar com o apoio dos nobres colegas, que, mais do que muitos, estão cientes da necessidade de solucionar a drástica situação financeira dos municípios brasileiros, solicito apoio à presente proposta.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 1997. —  
Senador Francisco Escórcio.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991

**Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.**

### Art. 95. Constitui crime:

a) deixar de incluir na folha de pagamentos da empresa os segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou autônomo que lhe prestem serviços;

b) deixar de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa montante das quantias descontadas dos segurados e o das contribuições da empresa;

c) omitir total ou parcialmente receita ou lucro auferidos, remunerações pagas ou reeditadas e demais fatos geradores de contribuições, descumprindo as normas legais pertinentes;

d) deixar de recolher, na época própria, contribuição ou outra importância devida à Seguridade Social e arrecadada dos segurados ou do público;

e) deixar de recolher contribuições devidas à Seguridade Social que tenham integrado custos ou despesas contábeis relativos a produtos ou serviços vendidos;

f) deixar de pagar salário-família, salário-maternidade, auxílio-natalidade ou outro benefício devido a segurado, quando as respectivas quotas e valores já tiveram sido reembolsados à empresa; (Sem efeito para o auxílio-natalidade a partir de 1º-1-96, por força do disposto na Lei nº 8.742, de 7-12-93)

g) inserir ou fazer inserir em folha de pagamento, pessoa que não possui a qualidade de segurado obrigatório;

h) inserir ou fazer inserir em Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado, ou em documento que deva produzir efeito perante a Seguridade Social, declaração falsa ou diversa da que deveria ser feita;

i) inserir ou fazer inserir em documentos contábeis ou outros relacionados com as obrigações da empresa, declaração falsa ou diversa da que deveria constar, bem como omitir elementos exigidos pelas normas legais ou regulamentares específicas;

j) obter ou tentar obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo direto ou indireto da Seguridade Social ou de suas entidades, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, contrafação, imitação, alteração ardilosa, falsificação ou qualquer outro meio fraudulento.

§ 1º No caso dos crimes caracterizados nas alíneas d, e e f deste artigo, a pena será aquela estabelecida no art. 5º da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, aplicando-se à espécie as disposições constantes dos arts. 26, 27, 30, 31 e 33 do citado diploma legal.

§ 2º A empresa que transgredir as normas desta Lei, além das outras sanções previstas, sujeitar-se-á, às condições em que dispuser o regulamento:



a) à suspensão de empréstimos e financiamentos, por instituições financeiras oficiais;

b) à revisão de incentivos fiscais de tratamento tributário especial;

c) à inabilitação para licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal;

d) à interdição para o exercício do comércio, se for sociedade mercantil ou comerciante individual;

e) à desqualificação para impetrar concordata;

f) à cassação de autorização para funcionar no País, quando for o caso.

§ 3º Consideram-se pessoalmente responsáveis pelos crimes acima caracterizados o titular de firma individual, os sócios solidários, gerentes, diretores ou administradores que participem ou tenham participado da gestão da empresa beneficiada, assim como o segurado que tenha obtido vantagens.

§ 4º A Seguridade Social, através de seus órgãos competentes, e de acordo com o regulamento, promoverá a apreensão de comprovantes de arrecadação e de pagamento de benefícios, bem como de quaisquer documentos pertinentes, inclusive contábeis, mediante lavratura do competente termo, com a finalidade de apurar administrativamente a ocorrência dos crimes previstos neste artigo.

#### LEI Nº 8.620, DE 5 DE JANEIRO DE 1993

**Altera as Leis nºs 8.212(1) e 8.213(2), de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.**

(\*) LEI COMPLEMENTAR Nº 77 –  
DE 13 DE JULHO DE 1993

**Institui o Imposto Provisório sobre a Movimentação ou a Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – IPMF, e dá outras providências.**

#### LEI Nº 9.129, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1995

**Autoriza o parcelamento do recolhimento de contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores em geral, na forma que especifica, e determina outras providências.**

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 1997

**Dispõe sobre a adoção de bibliografia para os concursos vestibulares nas instituições públicas de ensino superior.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As instituições públicas de ensino superior fornecerão aos candidatos bibliografia básica relativa aos conteúdos a serem cobrados nos exames vestibulares.

Parágrafo único. A composição da bibliografia a que se refere este artigo ficará a critério de cada instituição de ensino.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

É possível considerar que, no Brasil, hoje, a única via de acesso ao ensino superior é o concurso vestibular. O Distrito Federal, aliado à Universidade de Brasília, está desenvolvendo um caminho alternativo. Entretanto, como é um processo seriado de admissão que teve efetivada, no ano de 1996, apenas a primeira etapa, não deve ser tomado, ainda, como uma opção definitiva.

O exame vestibular foi criado, no país, em 1911 com o objetivo de avaliar o grau de maturidade dos candidatos para prosseguirem estudos superiores. Tinha uma função diagnóstica, por excelência. Desde então, esse exame tem-se modificado, acompanhando a formalização e a organização do sistema educacional brasileiro.

A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, faz duas referências ao concurso vestibular. No art. 17 ela estabelece que nas universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior, poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos: a) de graduação, abertas à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e tenham sido **classificados em concurso vestibular**.

(.....)

No art. 21, essa lei especifica que o **concurso vestibular**, referido na letra a do art. 17, abrangerá os conhecimentos comuns às diversas formas de educação do segundo grau, sem ultrapassar esse nível de complexidade, para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para estudos superiores, (grifo nosso)

O parágrafo único desse artigo determina um prazo de três anos, a partir da vigência da lei, para a unificação do concurso vestibular.



Como se observa, na legislação citada, o concurso vestibular tem dupla função. Além de continuar sendo um instrumento de avaliação e diagnóstico ele terá a função de classificar os candidatos no limite das vagas oferecidas.

O artigo 21, acima referido, delimita também a abrangência dos conteúdos e o nível de complexidade. O vestibular deve avaliar os conteúdos propostos por todas as matérias que integram os currículos de 1º e 2º graus.

Decorridos quase trinta anos desde a edição dessas normas, não se encontra modificação substancial na legislação federal sobre o concurso vestibular. Percebe-se, contudo, que esse exame de seleção continua se transfigurando.

Sua implementação, por exemplo, varia entre os Estados e entre as instituições de ensino superior. Em alguns Estados, o concurso é realizado em duas etapas, enquanto em outros ele acontece de uma só vez. A primeira etapa constitui um mecanismo, não previsto na legislação federal, para cortar, de modo drástico, o número de candidatos. O vestibular verdadeiro ocorre na segunda etapa.

Um outro exemplo, que tem se constituído em queixa permanente por parte de pais e educadores, diz respeito à utilização de programas com nível de abrangência acima do que dispõe a lei. Isso gera incerteza e ambigüidade nos educadores do segundo grau, nos alunos e nos estabelecimentos de ensino superior. Fica difícil saber o que deve ser transmitido, o que deve ser estudado e o que deve ser cobrado do candidato que entra na universidade.

Muitas outras críticas podem ser encontradas em estudos e pesquisas realizados, com certa abundância, durante as décadas de 70 e 80. Em geral, o vestibular é apresentado como um instrumento rígido, seletivo, pouco criativo, discriminativo etc. Um instrumento capaz de influenciar, de modo negativo, o segundo grau. Observar-se que as escolas organizam os conteúdos, os programas e as atividades pedagógicas, visando o concurso vestibular. Isso desvirtua os objetivos da educação secundária e dá oportunidade aos cursinhos de justificarem sua existência e atuação. É comum ouvir de donos e professores de cursinhos que eles fazem o que a escola secundária não faz.

Enfim, o vestibular, no Brasil, transformou-se num grande e dramático espetáculo. Grande para aqueles que fazem dele uma fábrica de lucros. Dramático para todos os jovens que se vêem obrigados a corresponder aos seus ditames.

É importante e urgente que se organize esse quadro caótico. Um primeiro passo poderá ser prover um referencial de leitura que se atenha aos conteúdos que a Lei nº 5.540/68 estabelece – os conhecimentos comuns às diversas formas de educação do segundo grau, sem ultrapassar esse nível de complexidade.

De posse de uma bibliografia básica, preparada e fornecida pela instituição que realiza o concurso vestibular, o candidato sentir-se-á mais seguro para se preparar assim como para avaliar os resultados do exame.

Além do mais, com a bibliografia o candidato não terá que freqüentar um cursinho para se inteirar dos programas utilizados no vestibular. Seus estudos poderão ser feitos em casa. Nesse sentido, propomos uma medida que beneficiará a grande parcela da população que não tem condições financeiras para pagar os preços exorbitantes dos cursinhos.

Vale salientar que várias universidades brasileiras já fornecem lista de livros de literatura cobrindo o conteúdo a ser cobrado na prova de Português. O que se pretende, por meio deste projeto de lei, é institucionalizar tal procedimento, estendendo seu raio de ação a todas as matérias do vestibular.

Pela relevância do pleito, esperamos contar com o apoio dos nossos Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 1997. –  
Senador Francisco Escórcio

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.540, – DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968

**Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.**

.....  
(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

**O SR. PRESIDENTE** (Lúdio Coelho) – Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 10h.)

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 63, DE 1997

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993 e de acordo com a Re-



solução 009/97, resolve manter ESTEVÃO CHAVES DE REZENDE MARTINS, Consultor Legislativo, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, na Função Comissionada, símbolo FC-09, de Consultor-Geral Legislativo.

Senado Federal, 20 de fevereiro de 1997. —  
Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente.

#### **ATO DO PRESIDENTE Nº 64, DE 1997**

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993 e de acordo com a Resolução 009/97, resolve manter SÉRGIO FRANCISCO PIRES DE OLIVEIRA PENNA, Consultor Legislativo, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, na Função Comissionada, símbolo FC-08, de Consultor-Geral Adjunto.

Senado Federal, 20 de fevereiro de 1997. —  
Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente.

#### **ATO DO PRESIDENTE Nº 65, DE 1997**

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993 e de acordo com a Resolução 009/97, resolve manter ANTÔNIO PEREIRA DE PAULA, Consultor Legislativo, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, na Função Comissionada, símbolo FC-08, de Consultor-Geral Adjunto.

Senado Federal, 20 de fevereiro de 1997. —  
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 135, DE 1997**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do processo nº 001.834/97-5, resolve exonerar CÉSAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS COSTA, matrícula nº 6022, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Júlio Campos, a partir de 1º de fevereiro de 1997.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 1997. —  
**Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 136, DE 1997**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001.836/97-8, resolve exone-

rar THAIS HEUSI DE LUCENA, matrícula nº 4590, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Júlio Campos, a partir de 5 de fevereiro de 1997.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 1997. —  
**Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 137, DE 1997**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 001.932/97-7, resolve alterar a lotação da servidora DENISE JAMBO MUNIZ FALCÃO, matrícula nº 6175, ocupante do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar da Segunda Secretaria, nomeada pelo Ato do Diretor-Geral nº 268, de 1995, passando a ter exercício no Gabinete do Senador Renan Calheiros.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 1997. —  
**Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 138, DE 1997**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve alterar a lotação do servidor PEDRO BRAGA DOS SANTOS, matrícula nº 6088, ocupante do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Presidência, nomeado pelo Ato do Diretor-Geral nº 145, de 1995, passando a ter exercício no Gabinete do Senador José Sarney.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 1997. —  
**Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 139, DE 1997**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve alterar a lotação do servidor JOAQUIM CAMPELO MARQUES, matrícula nº 4558, ocupante do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador José Sarney, nomeado pelo Ato do Diretor-Geral nº 572, de 1991, passando a ter exercício no Gabinete da Presidência.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 1997. —  
**Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

#### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 140, DE 1997**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que



consta do Processo nº 0214/97-3, **resolve aposen-**  
**tar**, por invalidez permanente, o servidor JAIRO  
CORRÊA DE SÁ, matrícula 1534, Técnico de Indús-  
tria Gráfica Legislativa, Nível II, Segunda Classe,  
Padrão III/M14, do Quadro de Pessoal do Centro  
Gráfico do Senado Federal CEGRAF, nos termos

do artigo 40, inciso I, da Constituição da República  
Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186,  
inciso I, parágrafo 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de de-  
zembro de 1990.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 1997. –  
**Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.



**MESA**  
**Presidente**  
Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

**1º Vice-Presidente**  
Geraldo Melo – PSDB – RN

**2º Vice-Presidente**  
Júnia Marise – Bloco – MG

**1º Secretário**  
Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

**2º Secretário**  
Carlos Patrocínio – PFL – TO

**3º Secretário**  
Flaviano Melo – PMDB – AC

**4º Secretário**  
Lucídio Portella – PPB – PI

**Suplentes de Secretário**

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS  
2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS  
3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE  
4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)  
Romeu Tuma – PFL – SP

**Corregedores – Substitutos**  
(Eleitos em 16-3-95)  
1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS  
2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE  
3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)  
Nabor Júnior – PMDB – AC  
Waldeck Ornelas – PFL – BA  
Emília Fernandes – PTB – RS  
José Ignácio Ferreira – PSDB – ES  
Lauro Campos – Bloco – DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

**Líder**  
Elcio Alvares – PFL – ES

**Vice-Líderes**  
José Roberto Arruda – PSDB – DF  
Vilson Kleinübing – PFL – SC  
Ramez Tebet – PMDB – MS

**LIDERANÇA DO PFL**

**Líder**  
Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**  
Edison Lobão  
Francelino Pereira  
Joel de Holanda  
Romero Jucá

**LIDERANÇA DO PMDB**

**Líder**  
Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**  
Nabor Júnior  
Gerson Camata  
Carlos Bezerra  
Ney Suassuna  
Gilvam Borges  
Fernando Bezerra

**LIDERANÇA DO PSDB**

**Líder**  
Sérgio Machado

**Vice-Líderes**  
José Ignácio Ferreira  
Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO  
BLOCO DE OPOSIÇÃO**

**Líder**  
José Eduardo Dutra

**LIDERANÇA DO PPB**

**Líder**  
Epitacio Cafeteira

**Vice-Líderes**  
Leomar Quintanilha  
Esperidião Amin

**LIDERANÇA DO PTB**

**Líder**  
Valmir Campelo



## CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

**Presidente:** Casildo Maldaner – PMDB – SC

**Vice-Presidente:** José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

### Titulares

### Suplentes

#### PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

#### PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

#### PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

#### PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

#### PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

#### PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

#### PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

#### PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

**Membro Nato**  
Romeu Tuma (Corregedor)



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA LEGISLATIVA

**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO  
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO  
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

**SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS**

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ  
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO  
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)  
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)  
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)  
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)  
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)  
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)



## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: VAGO  
VICE-PRESIDENTE: VAGO  
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70	4-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEVY DIAS	MS-1228/3015	2-ERNANDES AMORIM	TO-2071/72
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255  
FAX: 311-4344



**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON  
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GÍLVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2251/55	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	2-EPITACIO CAFETEIRA	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ  
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359  
FAX: 311-3652



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA  
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
IRIS REZENDE	G0-2031/37	1- VAGO	
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BENI VERAS	CE-3242/43	4-VAGO	
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	PPB LEVY DIAS	MS-1228/3015
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1 PT LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/73
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JUNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA * I	SP-2051/57		

\*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
FAX: 311- 4315



**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO  
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES  
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
JOSE FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1228/3015	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/73	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/55
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

\*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276  
 FAX: 311-3121



**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2251/55
PT			
EDUARDO SUPPLY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS  
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO  
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254  
FAX: 311-1060



**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO		4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LEVY DIAS	MS-1228/3015	1-ESPERIDIÃO AMIM	SC-4206/07
ERNANDES AMORIM	RO-2251/55	2-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE  
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)  
FAX: 311-3286



**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	1-LEVY DIAS	MS-1228/3015
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

\*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367  
FAX: 311-3546



**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL  
(SEÇÃO BRASILEIRA)**

(Designada em 25-4-95)

**Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN**

**Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER**

**Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO**

**Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA**

**SENADORES**

Titulares		Suplentes
	<b>PMDB</b>	
José Fogaça		Marluce Pinto <sup>1</sup>
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	<b>PFL</b>	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	<b>PSDB</b>	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	<b>PPB</b>	
Esperidião Amin		
	<b>PTB</b>	
Emília Fernandes		

Osmar Dias<sup>2</sup>

**PP**

**PT**

Benedita da Silva

Eduardo Suplicy

Lauro Campos

**DEPUTADOS**

**Titulares**

**Suplentes**

**Bloco Parlamentar PFL/PTB**

Luciano Pizzatto  
Paulo Bornhausen

Antônio Ueno  
José Carlos Vieira

Paulo Ritzel  
Valdir Colatto

**PMDB**

Elias Abrahão  
Rivaldo Macari

Franco Montoro

**PSDB**

Yeda Crusius

Fetter Júnior<sup>3 4</sup>

**PPB**

João Pizzolatti

Dilceu Sperafico

**PP**

Augustinho Freitas

Miguel Rossetto

**PT**

Luiz Mainardi

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96



**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

**Novas publicações**

**CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)**

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

**CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)**

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

**CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)**

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

**ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

**GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)**

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

**LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)**

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

**LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

**RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)**

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

**REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

**Pedidos à**

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

## PREÇO DE ASSINATURA

### SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio .....	R\$ 96,60
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF  
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.





**EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS**